

**PROJECTO DE
UNIDADE INTEGRADA DE
ATENDIMENTO À INFÂNCIA**

Projecto elaborado por:

Ana Paula da Silva Campos	- Educadora de Infância
Dália Maria M. Franco Dantas	- Psicóloga
Joaquim João C. Gronita	- Psicólogo
Maria da Graça Gomes Casaca	- Educadora de Infância
Maria Paula Brito Ramos	- Terap. Ocupacional
Silvia Maria C. de Sousa Fortuna	- Educadora de Infância

AGRADECIMENTOS

- À equipa de auxiliares pedagógicas da Cercizimbra (Educadoras de Infância não colocadas) que tomaram a iniciativa de se dirigirem ao Presidente da Câmara de Sesimbra, expondo as questões relacionadas com as instalações do Jardim de Infância, numa atitude de grande altruísmo cooperativo, que resultou na concessão de um terreno, permitindo assim que a elaboração do Projecto da U.I.A.I. se tornasse realidade.
- À Câmara Municipal de Sesimbra pela concessão de um terreno numa zona bastante adequada aos fins do presente Projecto, condição essencial para a sua concretização.
- À equipa pedagógica da Cercizimbra pelo esforço e empenhamento com que assegurou a ausência dos técnicos ligados à elaboração do Projecto, no contacto directo com as crianças e jovens, mantendo com o mesmo entusiasmo a qualidade de atendimento nas diversas valências.

ÍNDICE

I PARTE **PÁG.**

1. Introdução	6
2. Caracterização do Concelho de Sesimbra.....	8
3. Caracterização da Entidade Proponente.....	13

II PARTE

Serviço Técnico de Intervenção Precoce (STIP)

CAP. I

1. Introdução	15
2. Caracterização genérica do STIP	15
3. Justificativa da sua necessidade	16

CAP. II

1. Caracterização do Serviço	
1.1. Objectivos Globais e Específicos	19
1.2. População Infantil a que se Destina/Lotação prevista	20
1.3. Recursos Humanos	20
1.4. Funcionamento Previsto (Articulação com outros Serviços).	22
1.5. Recursos Materiais, Espaços e Equipamentos	23

III PARTE

* Creche *

CAP. I

1. Caracterização Genérica da Creche	24
2. Justificativa da sua Necessidade	25

CAP. II

1. Caracterização do Serviço	
1.1. Objectivos Globais e Específicos	28
1.2. Trabalho com Pais	29

1.3. Trabalho de Equipa	29
1.4. Número de Crianças a Atender seu Agrupamento e Recursos Humanos Necessários	30
1.5. Recursos Materiais, Espaços e Equipamentos	30

IV PARTE

* Jardim de Infância *

CAP. I

1. Caracterização Genérica e Justificativa da sua Necessidade	32
---	----

CAP. II

1. Caracterização do Serviço	
1.1. Objectivos e Metodologia	34
1.2. Trabalho com Pais	35
1.3. Trabalho de Equipa	36
1.4. Número de crianças a atender seu Agrupamento e Recursos Humanos	36
1.5. Recursos Materiais, Espaços e Equipamentos	36

V PARTE

* Centro de Animação para a Infância (CAI) *

CAP. I

1. Caracterização Genérica do Centro de Animação Para a Infância	38
2. Objectivos Globais	39
3. Justificativa da sua Necessidade	40

CAP. II

1. Biblioteca	
1.1. Caracterização Genérica	42
1.2. Objectivos	42
1.3. Justificativa da sua Necessidade	43
1.4. Funcionamento	44
1.5. Recursos Humanos	45
1.6. Recursos Materiais	
1.6.1. Espaços	45
1.6.2. Equipamentos e Materiais	45

CAP. III

1. Ludoteca	
1.1. Caracterização Genérica	46
1.2. Objectivos	48
1.3. Justificativa da sua Necessidade	49
1.4. Funcionamento	50
1.5. Recursos Humanos	50
1.6. Recursos Materiais	
1.6.1. Espaços	51
1.6.2. Equipamentos e Materiais	51

CAP. IV

1. Ateliers Artísticos	
1.1. Caracterização Genérica	52
1.2. Objectivos	53
1.3. Justificativa da sua Necessidade	54
1.4. Funcionamento	54
1.5. Recursos Humanos	54
1.6. Recursos Materiais	
1.6.1. Espaços	55
1.6.2. Equipamentos e Materiais	55

CAP. V

1. Ludocarro	
1.1. Caracterização Genérica	56
1.2. Objectivos	56
1.3. Justificativa da sua Necessidade	56
1.4. Funcionamento	57
1.5. Recursos Humanos	58
1.6. Recursos Materiais	
1.6.1. Espaços	58
1.6.2. Equipamentos e Materiais	58

CAP. VI

1. Núcleo de Recursos Audio Visuais e de Informática	
1.1. Área de Recursos Audio Visuais	
1.1.1. Caracterização Genérica	59
1.1.2. Objectivos	59
1.1.3. Justificativa da sua Necessidade	60
1.1.4. Funcionamento	60
1.1.5. Recursos Humanos	60
1.1.6. Recursos Materiais	
1.1.6.1. Espaços	60
1.1.6.2. Equipamentos e Materiais	61
1.2. Área de Recursos Informáticos	
1.2.1. Caracterização Genérica	61
1.2.2. Objectivos	61
1.2.3. Justificativa da sua Necessidade	62
1.2.4. Funcionamento	62
1.2.5. Recursos Humanos	62
1.2.6. Recursos Materiais	
1.2.6.1. Espaços	63
1.2.6.2. Equipamentos e Materiais	63

CAP. VII

1. Campo de Jogos e Espaço de Aventuras	64
---	----

VI PARTE

1. Organização da UIAI e sua articulação com a Cercizimbra	66
2. Organigrama	67
3. Mapa Geral de Pessoal	68
4. Avaliação Global do Projecto	69

VII PARTE

1. Estudo Preliminar de Arquitectura	70
2. Estimativas de Custos de Construção	71

VIII PARTE

Bibliografia	72
--------------------	----

IX PARTE

Anexos	74
--------------	----

I PARTE

1. Introdução

O presente Projecto para criação de uma Unidade Integrada de Atendimento à Infância (a seguir referido como UIAI) decorre da reflexão e amadurecimento das ideias contidas no anterior Estudo Prévio e do resultado de contactos vários que desde então estabelecemos, quer com estruturas e técnicos da comunidade quer com entidades de âmbito regional e nacional consultadas.

No geral reflecte:

1. A interpretação que fazemos da realidade do Concelho de Sesimbra e das necessidades existentes a 3 níveis:

- atendimento a crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos com especial relevância para as crianças com necessidades educativas especiais.
- recursos/equipamentos sociais/culturais e recreativos para crianças na faixa etária dos 4-12/14 anos.
- Sensibilização, formação, envolvimento e responsabilização comunitária no processo de desenvolvimento e integração da criança com necessidades especiais.

2. Uma filosofia de base

Em favor da:

a) Integração

- Integrar implica fazer participar na vida da comunidade.

Para algumas crianças por dificuldades próprias e/ou circunstanciais tal participação está dificultada/impossibilitada. No entanto há que desenvolver todos os esforços e encontrar os meios que possibilitem o maior grau de integração possível em cada caso.

- Integrar não é colocar. Colocar crianças com problemas em meio normal por si só não garante a integração.

As necessidades de agir no meio «receptor» e junto da criança em questão têm que ser em cada momento equacionadas no sentido de facilitar o processo.

- Integrar faz-se integrando. Integrar é um processo, não é um estado que a outro se sucede.

b) Intervenção Precoce

- Quanto mais cedo na vida do indivíduo ocorrer a detecção --- intervenção mais facilmente se evitará a cristalização e agudização dos problemas e o aparecimento de efeitos secundários ao nível do próprio indivíduo, da estrutura familiar e da comunidade.
- A intervenção deverá ocorrer tão próxima quanto possível da detecção do problema.
- A intervenção deve ser dirigida para o problema concreto e real detectado em cada momento.

c) Intervenção Comunitária

- A necessidade de encontrar estratégias que levem à mudança de atitudes individuais e colectivas que permitam a aceitação e responsabilização comunitária por todos os seus membros independentemente das suas características pessoais.

d) Necessidade de criar respostas multifacetadas, integradas e articuladas evitando o mais possível respostas únicas, rotuladas, marginalizadas ou institucionalizadas.

e) Necessidade de rentabilizar os recursos materiais e humanos existentes.

A UIAI corresponde assim à tentativa de operacionalizar os princípios contidos na filosofia de base e à procura de resposta integrada e inovadora às necessidades referidas.

Em termos da sua estrutura interna podemos referir que esta Unidade inclui 4 Valências de Atendimento:

- Serviço Técnico de Intervenção Precoce
- Creche

- Jardim de Infância
- Centro de Animação para a Infância

Dentro deste Centro de Animação está ainda prevista a dinamização de um espaço exterior para Campo de Jogos e Espaço de Aventuras.

No global as várias Valências são encaradas como um conjunto integrado e articulado, visando os objectivos gerais referidos. No entanto, cada um deles por si, terá uma estrutura própria dado que os âmbitos de intervenção específicos, objectivos, metodologias e recursos têm características próprias.

Com este projecto colocamos um desafio às várias entidades no âmbito da saúde, da educação e do social, e à própria Cerci no sentido de ao nível deste Concelho e concretamente deste projecto se materializar a tão desejada articulação de serviços e disponibilização de meios.

Na nossa perspectiva, a realidade social não se compadece com a divisão artificial (embora em parte necessária) de sectores de actividade distintos. A procura de solução a problemas desta natureza terá de ser multideterminada sob pena de dispendermos esforços e verbas para não darmos respostas cabais e eficazes.

Os problemas são multifacetados as respostas devem-no ser também.

Cabe às estruturas que estão no terreno e conhecem de perto a realidade, equacionar os problemas, dinamizar a comunidade, propôr soluções.

Este projecto reflecte-o.

A sua concretização não dependerá tanto da nossa vontade mas da aceitação que a UIAI merecer e da disponibilidade que entidades oficiais, organismos vários, e a comunidade manifestarem no sentido da sua viabilização prática.

2. Caracterização do Concelho de Sesimbra

A presente caracterização do Concelho de Sesimbra tem por base dados fornecidos pelo I.N.E. (Instituto Nacional de Estatística), dados referidos no Estudo para Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal e ainda dados de recolha directa no terreno. Os aspectos abordados são exclusivamente aqueles que nos parecem importantes para o enquadramento da UIAI.

1. Área e População

O Concelho de Sesimbra, um dos 9 que integram a Península de Setúbal, abrange uma área de 191 Km² tendo, de acordo com o Censo de 1981 uma população de 23.103 habitantes.

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo I.N.E.¹ a população residente em 31/12/87, seria de 27.400 HM (13.600 H e 13.800M), o que deixa prever um aumento populacional considerável no decénio de 80/90, situação aliás coerente com o anterior acréscimo populacional de 37,4% na década de 70/80.

Ainda de acordo com o Censo de '81 a distribuição etária da população seria a seguinte:

Faixa Etária	HM
0-4	1812
5-9	1996
10-14	1709
15-19	1738
25-29	1665
30-34	1636
35-39	1613
40-44	1517
45-49	1450
50-54	1467
55-59	1391
60-64	1054
65-69	926
70-74	703
75-79	402
80-84	187
+85	88

As estatísticas da Saúde (1987, INE), referem que no ano de 1987 se efectuaram 286 partos (280 em estruturas de Saúde e 6 em casa), relativos ao Concelho de Sesimbra.

A distribuição da população no Concelho faz-se de acordo com 2 grandes pólos: a Vila de Sesimbra com a sua periferia próxima (por assim dizer) a zona habitacional história do Concelho e a Quinta do Conde que muito recentemente se transformou na 3^a Freguesia do Concelho.

¹ Estimativas da população residente em 31-12-87, série Estimativas Provisórias, n.º 9, INE

No que toca ao núcleo da Vila de Sesimbra, que agora nos interessa podemos referir que a sua população residente pouco tem aumentado, o mesmo já não se podendo dizer das zonas periféricas. De facto, Santana, Quintinha, Quintola, Cotovia, Venda Nova, Sampaio, Maçã, Pedreiras, Carrasqueira, Zambujal, Alfarim e Aldeia do Meco, são zonas que registam uma procura crescente para residência própria nomeadamente por parte de casais novos, (especialmente as zonas da Quintinha, Cotovia, Quintola, Sampaio, zonas a que corresponderá a área de influência da UIAI).

De tal são prova as estruturas habitacionais crescentes em toda esta zona, na qual irá ficar integrado o edifício da UIAI.

Também a localização de várias escolas nesta área (Cotovia/Sampaio), a torna atractiva para casais com filhos em idade escolar.

Relativamente à estrutura de população activa parece que o Concelho de Sesimbra não tem sido estranho à evolução havida em toda a Península de Setúbal. De acordo com os dados da Operação Integrada de Desenvolvimento, as taxas de actividade de população registaram importantes aumentos entre 1960 e 1981, o que terá resultado fundamentalmente de crescente participação feminina no mercado de trabalho e do fluxo de migrantes em idade activa.

2. Actividade Sócio-Económica

Olhando para as características de actividade económica do Concelho (1981) podemos referir que as actividades Piscatórias, Agrícolas e Pecuárias detinham o maior peso (30,8%), seguido das actividades de Serviços a Colectividades (17,9%), do Comércio e Turismo (16,5%), Construção e Obras Públicas (15,6%). As indústrias transformadoras detinham um pequeno peso (8,8%). As outras actividades detinham um peso ainda menor.

Não parece que esta situação se tenha alterado grandemente desde então, pelo que as Pescas e o Turismo continuam a construir os principais eixos de desenvolvimento económico concelhio.

3. Equipamento para População Infantil

De acordo com os elementos recolhidos no terreno em finais de '89 e agora actualizados pode-se dizer que no Concelho de Sesimbra os equipamentos sociais para a infância atendem uma população de cerca de 481 crianças na faixa etária dos 0-6 anos.

O mapa A dá conta da sua localização geográfica.

O quadro B refere os equipamentos sociais, suas valências e crianças atendidas em 91.

4. Equipamentos Culturais/Recreativos/Desportivos

Pelo conhecimento que temos do nosso Concelho, pensamos que estes equipamentos são largamente insuficientes para satisfazerem as necessidades da nossa população infantil e juvenil.²

5. Equipamento de Saúde

O equipamento de Saúde deste Concelho é constituído por 3 Unidades de Saúde distribuídas pelas Freguesias de Sesimbra, Castelo e Quinta do Conde.

Existe também um Serviço de Atendimento Permanente e Internamento em Sesimbra.

Respostas de Atendimento a Crianças na Faixa Etária dos 0-6 anos e com necessidades específicas do ponto de vista médico, psicológico, terapêutico, educacional e social.

Não existe no Concelho uma resposta estruturada, e conseqüentemente ao nível de sinalização, diagnóstico, encaminhamento e intervenção de crianças afectadas no seu desenvolvimento, e que possa responder de forma eficaz à criança e sua família.

Os serviços e técnicos que de alguma forma possam ter a ver com a problemática de crianças em risco ou com atrasos de desenvolvimento, são escassos, dispersos e não funcionam de forma articulada e coerente, visto também não estarem estruturados para tal.

Assim e do ponto de vista da saúde, para além dos médicos de família existentes no Concelho, existe apenas um Pediatra.

Se o problema detectado é exclusivamente de natureza médica, a criança poderá então ter resposta quer a nível do concelho quer sendo pelos serviços médicos encaminhada para outros serviços de saúde especializados em Lisboa ou noutras zonas.

Se, se trata de um problema social grave poderá vir a ter apoio através dos serviços sociais da zona.

² A dificuldade no contacto com os responsáveis das diferentes colectividades, não nos permitiu elaborar um levantamento exaustivo de dados neste momento continuamos a tentar obter.

Se a criança tiver entre os 3 e os 6 anos e necessitar de intervenção educativa especializada, poderá com sorte vir a ser admitida num Jardim de Infância, talvez no Jardim de Infância da Cercizimbra onde essa abordagem é possível, talvez num Jardim de Infância com apoio (ou sem) da Cercizimbra ou da Educadora da Equipa de Ensino Especial (só este ano a equipa tem uma Educadora).

Se precisar de apoio psicológico ou terapêutico (terapia da fala, terapia ocupacional ou fisioterapia), a situação complica-se pois tais técnicos ao nível do Concelho são nalguns casos escassos noutros inexistentes. A Cercizimbra, tendo ao serviço alguns destes técnicos, tem recebido múltiplos pedidos nesse sentido, mas a capacidade de resposta não é a adequada e isto dado que tais técnicos existem prioritariamente para dar resposta aos utentes da Cerci (na base dos quais tem sido possível a sua contratação) e não para atendimento externo.

O atendimento externo que tem vindo a ser feito é pontual e na maior parte dos casos para lá das horas normais de serviço.

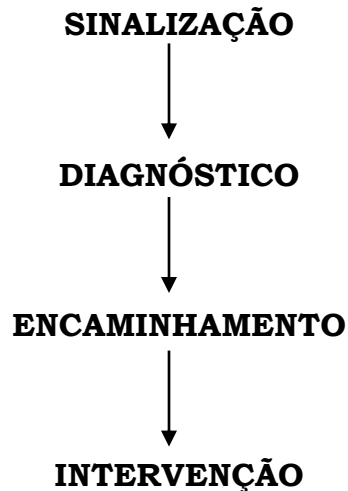
Assim, em nosso entender, a actuação dos serviços de Saúde no diagnóstico e encaminhamento médico não tem no Concelho correspondente em termos de serviços de apoio psicológico, terapêutico e educativo que complemente a intervenção médica.

Dada tal situação, a opção será recorrer a estes serviços em Lisboa ou noutras localidades, contribuindo para a sobrecarga de tais serviços com gastos de tempo, energia e verbas consideráveis por parte da criança e família ou permanecer no Concelho sem qualquer apoio ou na melhor das hipóteses com o apoio mínimo que no Concelho possa vir a obter.

A consciência colectiva de que é necessário articular serviços e conjugar esforços, existe nesta comunidade já há muito tempo e disso é prova a existência do **GISARZIMBRA** – Grupo de Intervenção Social Articulada do Concelho de Sesimbra – grupo que desde há alguns anos reúne mensalmente técnicos dos vários serviços de saúde, educação e sociais do Concelho.

Ao longo dos anos tem permitido alguma articulação de serviços e a resposta a algumas situações pontuais, no entanto, o seu âmbito de actuação é geral e mais amplo do que aquele que agora nos preocupa.

No nosso ponto de vista há que dar um salto qualitativo, na abordagem de crianças com necessidades educativas especiais nesta faixa etária, que permita melhorar o processo de:



e que contemple para lá de uma abordagem médica, uma outra psicológica, terapêutica, educativa e social adequada e definida caso a caso e de acordo com as necessidades detectadas.

Assim, há que providenciar que a comunidade se estruture nesse sentido aproveitando recursos existentes e dotando o Concelho de outros recursos materiais e humanos para tal necessários.

3. Caracterização da Entidade Proponente – A Cercizimbra –

A Cercizimbra – Cooperativa da Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas do Concelho de Sesimbra – tem vindo a desenvolver a sua actividade desde 1978, tendo explicito nos seus Estatutos que a sua principal finalidade é, entre outras:

- «Promover a adaptação e integração de todo o inadaptado particularmente a criança, criando para o efeito, todos os mecanismos necessários para a boa harmonia dos sistemas inadaptado – trabalho – sociedade, dando atenção prioritária à família e meio social.»
- «Criar nos locais mais apropriados, todas as infra-estruturas necessárias, designadamente, escolas, oficinas, centros de trabalho, centros de interesse, etc.»
- «Promover no seu meio e fora dele uma sensibilização para o problema do inadaptado, procurando por toda a forma ao seu alcance levar a consciencialização de todos para esta realidade.»

- «Criar e/ou apoiar todas as instituições integradas ou não na Cercizimbra que possam de algum modo, vir a ser base preventiva ou terapêutica para evitar a existência de novos inadaptados.»

Ao longo dos anos tem vindo a adequar as suas respostas à evolução que neste âmbito se tem sentido na comunidade e no País, e às necessidades que em cada momento se vão fazendo sentir.

Actualmente a Cercizimbra atende crianças em idade escolar na Valência Escola do Ensino Especial, desde que não seja possível ao aluno a frequência do Ensino Regular. Assim sendo, a Escola de Ensino Especial assume-se como alternativa ao sistema Regular de Ensino para as crianças que não encontram ainda lugar neste sistema Regular.

Tem ainda a Valência Centro de Apoio Ocupacional (CAO) cujo âmbito de actividade se insere no estipulado no Despacho Normativo N^os. 387 e 388 de 31 de Dezembro, existindo um Acordo de Cooperação com o Centro Regional de Segurança Social de Setúbal.

Iniciou em Junho de 1990 a Valência Formação Profissional para os jovens em idades iguais ou superiores a 16 anos e para os quais se pensa haver alguma possibilidade de inserção em mercado de trabalho.

No que toca ao atendimento à infância podemos referir que esta Cerci tem em funcionamento uma Valência de Jardim de Infância a funcionar num espaço distinto da sede, ou seja na Cotovia, tendo para tal efectuado um Acordo com o Centro Regional de Segurança Social de Setúbal. Neste jardim de Infância que atende 40 crianças de idades entre os 3 e 6 anos, têm vindo também a ser apoiadas crianças com necessidades educativas especiais encaminhadas posteriormente para a Escola Regular ou para a Valência Escola de Ensino Especial da Cerci quando não é aconselhada tecnicamente a sua inserção na estrutura regular existente.

II PARTE – SERVIÇO TÉCNICO DE INTERVENÇÃO PRECOCE (STIP)

CAP. I

1. Introdução

O presente projecto para criação e funcionamento do Serviço Técnico de Intervenção Precoce (STIP) consta de dois capítulos:

No 1º capítulo não só se fará uma caracterização global do serviço e da filosofia que lhe está subjacente como se clarificarão as razões que nos levam a propor a sua criação.

No 2º capítulo far-se-á uma abordagem mais detalhada do STIP nomeadamente em relação aos destinatários, objectivos e estratégias de funcionamento, recursos humanos e materiais. Abordar-se-á ainda a sua forma de organização e modo de funcionamento, clarificando neste ponto a necessidade da sua articulação com os serviços de Saúde e de Segurança Social e ainda os aspectos ligados ao planeamento e à avaliação da intervenção.

2. Característica Genérica do STIP

Em nossa concepção trata-se da criação de um serviço prestado por um grupo de técnicos de formação diferenciada e que visa uma intervenção de natureza social, educativa e terapêutica junto de crianças na faixa etária dos 0-6 anos, identificadas pelos serviços de saúde / educação como sendo crianças cujo desenvolvimento se encontra afectado ou em risco de o ser, quer por razões internas à própria criança quer por razões que lhe são externas. Como tal, esta intervenção deverá ter em atenção não só a criança, como os vários contextos de socialização em que está inserida, sejam eles a família, a Creche, o Jardim de Infância, a Ama ou outros.

Para além desta intervenção caberá ainda a este serviço e em conjunto/articulação com outros, uma acção de carácter preventivo que poderá passar por acções de informação, sensibilização e formação de grupos específicos da comunidade para esta problemática.

3. Justificativa da sua Necessidade

A criação de um Serviço Técnico de Intervenção Precoce sob a responsabilidade desta Cooperativa, justifica-se no nosso ponto de vista por várias razões, das quais as mais significativas são as enumeradas de seguida e posteriormente desenvolvidas:

- 1- Conhecimento da existência de crianças neste Concelho que poderão beneficiar da criação e funcionamento do STIP.
- 2- Inexistência actual de resposta qualificada a nível concelhio
- 3- Vantagens humanas e materiais da intervenção precoce.

Concretizando:

1 e 2 – Conhecimento da existência de crianças neste Concelho que poderão beneficiar da criação do STIP e inexistência actual de resposta.

De facto, tal conhecimento advém basicamente de 3 fontes: uma ligada à educação, outra à autarquia e outra à saúde. Dos serviços de educação e nomeadamente dos infantários do Concelho é frequente ao longo de cada ano lectivo surgir o pedido de apoio técnico da Cercizimbra a crianças que frequentando o infantário colocam especiais problemas e para os quais as educadoras (sentido lacto) têm manifestado precisar não só de ajuda no sentido de encontrar formas de actuação adequadas como e noutros casos a intervenção directa com a criança em questão em termos de apoio psicoterapêutico, terapia de fala, etc. Face à inexistência de tais técnicos no Concelho ligados ao atendimento de crianças com problemas nesta faixa etária e tendo conhecimento da sua existência na Cercizimbra os infantários recorrem a esta Instituição.

Tal situação é extensível à autarquia da qual nos têm surgido também pedidos de apoio como o é ao Gisarzimbra (Grupo de Intervenção Social Articulada de Sesimbra) e ao serviços de saúde. Face a tais pedidos e não tendo de facto uma valência estruturada que permita responder eficazmente, a resposta tem sido variável consoante a análise concreta do pedido e consoante a possibilidade ou não de dispensar técnicos das valências existentes, para atendimento externo.

De qualquer forma temos plena consciência de que o apoio prestado o foi/é em condições deficitárias não podendo assegurar continuidade de atendimento, aliás como é licito esperar em relação a uma instituição ainda não estruturada para este tipo de atendimento.

Ao longo dos últimos anos foi-se tornando clara a necessidade de não só obter um melhor conhecimento da realidade e das necessidades que neste âmbito são sentidas pela comunidade, como também de caminhar para a estruturação de um serviço com técnicos diferenciados que possa dar resposta continuada e cabal à solicitações referidas.

Neste sentido nos finais do ano lectivo 88/89 foi pedida a colaboração dos infantários do Concelho através do preenchimento de um inquérito para levantamento de necessidades e ainda no sentido de avaliar a receptividade que haveria junto dos infantários na criação de um serviço deste tipo. Os resultados obtidos serão descritos e analisados no decorrer deste projecto. Também com os mesmos objectivos encetámos contactos ainda semi-formais com técnicos de saúde do Concelho ligados à infância.

Os dados de que dispomos neste momento e provenientes das várias fontes referidas, permitem-nos antever uma boa aceitação deste serviço, dado ser claro o sentir da sua necessidade, tem assim como dispor de indicadores relativamente ao número de crianças conhecidas por estas fontes, níveis etários e tipos de problemas que apresentam sendo como se segue o grupo obtido:

IDADE	N.º CRIANÇAS	TOTAL
0-3 ANOS	5	5
3-6 ANOS	15	15
		20

Este grupo deverá ser entendido como o grupo de crianças identificadas em 1989 como potenciais utilizadores deste serviço.

Do nosso ponto de vista e nesta fase do projecto não se justifica uma abordagem directa às crianças em questão e suas famílias no sentido da sua avaliação e auscultação dos pais em relação à criação do STIP. A acontecer tal, só terá cabimento no momento que a confirmar-se a necessidade de intervenção haja os meios necessários para esta ocorrer. Assim sendo, os dados obtidos servem-nos apenas para:

- o avaliar a necessidade da criação do STIP
- obter uma ideia do seu dimensionamento em termos de:
 - . capacidade de atendimento
 - . recursos humanos e materiais necessários

Por outro lado, não vemos nenhuma razão que possa apontar para a alteração destes quantitativos de 89 para cá: as crianças em si serão certamente diferentes das que estavam nesse ano na faixa etária dos 4-5 anos, estando agora já integradas ou na Escola Regular de Ensino ou na Cercizimbra ou ainda noutra estrutura de ensino, mas outras terão nascido e necessitarão de apoio. Não tendo havido nada de significativo ao nível da população e das estruturas de saúde não vemos razão para necessitar de novo levantamento.

3- Vantagens humanas e materiais da intervenção precoce

Como foi referido atrás, os técnicos que poderiam dar um atendimento mais adequado às crianças, potenciais utentes deste serviço, existem todos praticamente no quadro de pessoal da Cercizimbra e, muitas vezes são solicitados por outros serviços da zona, nem sempre conseguindo satisfazer todos os pedidos. Assim, achamos que a descentralização e rentabilização dos mesmos técnicos com a implementação de um novo serviço que os comportasse nos seus quadros, seria um grande passo para a reabilitação e sucesso deste tipo de intervenção. Claro que, existindo um serviço deste tipo, além das vantagens de maior número de técnicos de reabilitação no Concelho também as haveria para os próprios utentes e famílias que acabariam por evitar as deslocações frequentes e dispendiosas para os grandes centros.

CAP. II

1. Caracterização do Serviço

1.1. Objectivos Globais e Específicos

Pretende-se com o quadro que se segue apresentar de um modo sucinto os objectivos do tipo de intervenção que o serviço poderá facultar:

INTERVENÇÃO DIRECTA	SERVIÇO
	DOMICÍLIO
INTERVENÇÃO INDIRECTA	PAIS
	AGENTES DE EDUCAÇÃO
ACÇÕES DE INFORMAÇÃO SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO	

Intervenção Directa

- avaliar a natureza do problema e da situação de risco.
- providenciar uma intervenção de modo a minimizar as dificuldades e desenvolver ao máximo as capacidades globais ou específicas nas áreas da linguagem, desenvolvimento motor, autonomia pessoal e social e desenvolvimento cognitivo e emocional.

Intervenção Indirecta

- promover um maior envolvimento dos pais e outros agentes educativos na relação com a criança.
- desenvolver estratégias adequadas de intervenção.
- Apoiar a família no sentido de criar um ambiente estável, ajudando os pais a controlar as suas emoções e estabelecer uma relação positiva com o seu filho.
- informar dos recursos existentes e encaminhar de acordo com as características da situação.

Informar / Sensibilizar / Formar

- promover acções articulares com outros serviços no sentido de sensibilizar e informar esta comunidade para a prevenção da deficiência.
- promover acções de formação para grupos específicos da comunidade (pais, educadores e outros técnicos) que visem aspectos ligados à prevenção e à intervenção.

1.2. População Infantil a que se destina e lotação prevista

Genericamente foi já referido que a população a atender será a constituída por crianças na faixa etária dos 0-6 anos, do Concelho de Sesimbra e limítrofes, que são identificadas pelo serviço de saúde/educação e/ou pelas famílias como sendo crianças cujo desenvolvimento se encontra afectado ou em risco de o ser, quer por razões internas à própria criança (déficits motores, deficiência mental...), quer por razões que lhe são externas (perturbações no meio familiar graves...).

A criança poderá estar exclusivamente com os pais, familiares, estar na ama ou poderá frequentar um infantário (Creche ou Jardim de Infância). Tal só tem importância na medida em que para além da intervenção directa com a própria criança, há que ter atenção aos contextos de socialização de cada criança e às pessoas que com ela lidam mais tempo, dado que do tipo e da qualidade da interacção que os adultos estabelecem com a criança depende em grande parte o seu desenvolvimento.

Na tentativa da concretização possível neste momento e de acordo com o referido na I PARTE, Ponto 2, poderemos prever que este serviço deverá ser dimensionado para atender 20 crianças.

1.3. Recursos Humanos

Os recursos humanos necessários estão intimamente ligados não só às necessidades sentidas como aos objectivos do serviço e à forma como nos propomos atingi-los. Tendo em conta as necessidades, podemos referir:

- a) necessidades de intervenção com a criança em termos educativos, psicológicos e terapêuticos
- b) necessidades de intervenção com a família

- c) necessidades de intervenção com os outros elementos significativos para a criança de acordo com os existentes nos contextos em que passa parte considerável do seu dia (familiar, ama, educadora, vigilante...)

Para além destes aspectos de intervenção directa parece-nos que um serviço deste tipo é de facto um recurso da comunidade e que como tal deverá ter um âmbito de actuação mais alargado.

Não sendo da sua exclusiva competência, este serviço poderá em articulação com outros organismos participar ao nível da prevenção da deficiência, pela informação e sensibilização da comunidade para estes aspectos, encontrando para tal os meios adequados em cada momento. Poderá também intervir ao nível da formação quer de alguns grupos profissionais, que na sua prática mais se defrontam com esta problemática como é o caso dos educadores (em sentido lato), quer com outros grupos da comunidade.

Enfim, parece-nos que este serviço não deverá constituir-se exclusivamente enquanto valência de atendimento à criança, mas intervir ao nível da comunidade colocando os seus recursos à sua disposição e articulando-o com outros organismos, tendo portanto também uma vertente informativa e formativa.

Assim sendo, julgamos que o pessoal técnico necessário será o constante do quadro I.

Nesse quadro referem-se ainda funções específicas de cada um desses técnicos.

1.4. Funcionamento Previsto/Articulação com outros Serviços

Pelo exposto, fica clara a necessidade de articulação com outros serviços da comunidade e dos quais aqui salientamos:

a) Serviços de Saúde

Com estes serviços deverá ser estudada conjuntamente a forma de articulação de modo a que a um processo de intervenção médica se possa seguir (ou ser acompanhado) sempre que necessário um processo de intervenção social e/ou psicológico e/ou terapêutico e/ou educativo.

Genericamente pensamos que estes serviços poderão:

- colaborar no levantamento inicial de necessidades
- informar os pais da existência do STIP
- proceder ao despiste de déficits sensoriais, motores e de todos os outros problemas do foro físico/orgânico que afecta a criança
- encaminhar para consultas da especialidade
- encaminhar para o STIP
- acompanhar a nível médico as crianças atendidas no STIP, no âmbito das consultas existentes
- informar os técnicos do STIP da problemática da criança no sentido de facilitar a intervenção do STIP

b) Serviços Sociais / Educação

Ao nível do Concelho o STIP deverá manter uma articulação com os técnicos de Serviço Social/Educação que intervêm na zona.

Poderá competir a tais técnicos:

- colaborar no levantamento de necessidades

- informar os pais da existência do STIP
- encaminhar para o STIP
- acompanhar o desenrolar do processo de atendimento, nomeadamente nos aspectos mais directamente ligados ao seu âmbito específico de intervenção

1.5. Recursos materiais

Nesta rubrica serão incluídos exclusivamente equipamentos e espaços julgados necessários para este serviço e serão os que constam no quadro 2.

III PARTE – CRECHE

CAP. I

1. Caracterização Genérica da Creche

Uma Creche atende crianças dos 3 aos 36 meses num ambiente que substitui o meio familiar. Destina-se a crianças cujos pais estão impossibilitados de permanecer com elas uma parte do dia, funcionando neste período como substituto/parceiro no processo educativo.

Tal situação de impossibilidade prática de os pais permanecerem em casa com a criança durante uma parte ou mesmo todo o dia, poderá ser uma realidade que afecte tanto os pais de uma criança sem dificuldades como os de uma outra que por deficiências congénitas ou adquiridas no período peri-natal e seguinte, terá o seu processo de desenvolvimento afectado.

Julgamos que, se no primeiro caso a procura de uma creche é uma via aceite, também deverá ser uma via possível de escolha para os pais que se encontrem na 2.^a situação.

Por outro lado e contactando com os pais que inesperada e dolorosamente se vêm confrontados com a situação do nascimento de uma criança, seu filho, com problemas, constatamos a enorme aflição sentida.

Como respondem os técnicos/serviços a tal?

Como é dito/confirmado aos pais o problema?

Que disponibilidade para ouvir/para acompanhar tais pais?

Que encaminhamentos?

Que respostas reais existem que possam de facto responder às diferentes necessidades que os pais vão sentido e que os ajude no processo de adaptação à nova situação e de aceitação da criança?

Sobre esta matéria melhor do que ninguém poderão falar os pais, que passaram/passam por esta situação. Eles sim, têm a dimensão do drama que viveram e dos apoios ou não que técnicos/serviços que contactaram lhes deram.

Não julgamos no entanto que seja este o momento mais oportuno e adequado para incluir novos depoimentos.

Recorremo-nos a alguns existentes em livros publicados e também ao conhecimento que nos advém da experiência na área complexa da reabilitação.

Aos técnicos de reabilitação enquanto tal e à Cerci enquanto organização vocacionada para a reabilitação, cabe alertar para estas situações e propor respostas que possam ajudar a minorar os problemas sentidos.

A Creche será então um local de dimensões semelhantes à habitação de uma família com um ambiente calmo, estável e harmonioso para que as crianças se possam sentir confortáveis e seguras, na companhia de adultos com formação específica ou especialmente dotados para desempenhar com qualidade uma tal tarefa.

É importante frisar que cabe também a esta equipa não só intervir com as crianças cujos problemas já foram detectados, como detectar possíveis perturbações no processo maturativo de outras crianças que atende, e apoiar os pais tanto em relação ao encaminhamento como às estratégias a serem desenvolvidas com o seu filho.

A Creche deverá então estar preparada para receber qualquer criança na faixa etária dos 0-3 anos e que dela necessite, providenciando a satisfação das suas múltiplas necessidades.

2. Justificativa da sua Necessidade

Com base na experiência diária de contacto com esta comunidade, parece-nos poder afirmar que a mulher não teve tradicionalmente um papel muito activo no mercado de trabalho deste Concelho, sendo mais solicitada para apoiar a família em casa ou para o trabalho sazonal.

Verificava-se também que mesmo trabalhando, a educação dos seus filhos era apoiada por outras pessoas de família, que por coabitarem ou morarem perto ou simplesmente por não trabalharem fora, tentavam assegurar os cuidados necessários às crianças durante o período de trabalho dos pais.

De qualquer modo nos últimos anos temos sentido indícios de que esta estrutura familiar se está a modificar. Todas as razões que podemos enunciar para justificar este facto, não passam de hipóteses, assim como aquelas que o contradigam. De qualquer modo pensamos que a mulher começou a preocupar-se de facto com a sua independência, começando a ser poucos nesta zona os casais novos (é também atendendo a eles que estruturámos este projecto) cuja mulher não trabalha. Por outro lado, as opções de escolha de habitação nem sempre coincidem com a zona onde

vivem outros familiares (no caso de estes poderem dar apoio, o que começa a ser tão frequente). É de notar ainda, uma camada da população que começa a preferir o apoio institucional (durante uma parte do dia) ao apoio de familiares.

Daí constatar-se uma procura mais acentuada de apoio das Creches e Unidades Familiares existentes, cujas listas de espera aumentaram significativamente, chegando a atingir num caso o dobro da sua capacidade de atendimento (de acordo com os dados do levantamento que efectuámos).

Devemos ainda dizer, que nem o Jardim de Infância da Cercizimbra tem sido poupado a pedidos de atendimento de crianças de idade inferior a 3 anos, sendo inúmeros os pais que todos os anos procuram, sabendo já da inexistência de vagas nas creches da zona.

Existindo assim um tão grande número de crianças que não puderam beneficiar do serviço das instituições existentes, os pais foram naturalmente forçados a procurar outras soluções (somos tentados a pensar/perguntar se terão encontrado alternativas e quais).

A criação de uma Creche nesta zona, justifica-se perfeitamente, pois sabemos que o atendimento à 1.^a Infância não está ainda coberto. Que fazer então? Esperar e deixar que cada família procure uma solução mais ou menos precária, e tapar os olhos às implicações que isso pode vir a provocar no desenvolvimento de uma criança tão pequena, ou agir, numa perspectiva de dar uma resposta responsável e de qualidade, prevenindo situações de ruptura?

Por outro lado, que crianças com problemas nos 0-3 anos obtêm actualmente apoio numa Creche? Não terão os pais destas crianças os mesmos direitos de recorrer à Creche que os outros pais? Não será por vezes benéfico para a criança a sua entrada numa Creche?

De facto parece-nos que:

- Pela actividade profissional do casal não é por vezes possível manter em casa uma criança deficiente ou em risco e a Creche deve ser uma alternativa possível.
- Pela própria situação de desequilíbrio emocional que provoca o nascimento de uma criança com problemas, e a sobrecarga que a todos os níveis daí decorre, não é por vezes humanamente possível aos pais manter os cuidados e o relacionamento que a criança necessita, tornando-se aconselhável que a criança seja retirada do ambiente

familiar durante algum tempo. Tal permite aliviar a família e dar-lhe o tempo necessário, garantindo algumas das condições que lhe permitam evoluir para posições mais positivas.

- Para a criança será também benéfico dado que poderá permanecer num meio não só acolhedor, como equilibrado emocionalmente e facilitador do seu desenvolvimento.

CAP. II

1. Caracterização do Serviço

1.1. Objectivos Globais e Específicos

Pretendemos definir de uma forma bastante sucinta, não só os aspectos que nos parecem importantes na intervenção com crianças pequenas, como valores que consideramos mais importantes no trabalho com estas crianças:

- ◆ Criar um ambiente calmo, regular e harmonioso, suficientemente maleável e criativo para que os hábitos, ritmos e rotinas de cada criança possam ser respeitados, assim como as capacidades, interesse e características individuais de cada uma. Nesta base é possível estabelecer a continuidade do meio familiar, integrando de uma forma positiva cada criança, uma vez que o seu regime de vida não sofreu grandes modificações.
- ◆ Criar as melhores condições de higiene e saúde, estabelecendo uma rotina diária adequada às necessidades de cada criança.
- ◆ Compreender e respeitar as reacções, ritmos e dinâmicas de cada criança, para satisfazer as suas necessidades com uma certa regularidade e estabilidade de atitude, de modo a favorecer o seu equilíbrio emocional.
- ◆ Conhecer a fundo a personalidade e características individuais da criança de modo a elaborar intervenções flexíveis para cada uma, que facilitarão para cada uma, que facilitarão as adaptações a todas as situações novas que se multiplicarão com o seu crescimento.
- ◆ Estabelecer uma boa relação com a família de cada criança, ajudando os pais a confiar em si e a encarar a educação do seu filho com serenidade, optimismo e bom senso. Só através de uma interacção com a família se conseguirá diagnosticar e compreender possíveis perturbações do desenvolvimento da criança, para então se definirem estratégias de actuação adequadas a cada caso.

Se estes são valores aplicados à generalidade das crianças, não podemos esquecer que as crianças com o seu desenvolvimento afectado ou em risco de o ser carecem de uma intervenção específica e que deve ser determinada e perspectivada caso a caso de acordo com a natureza do problema em questão.

No entanto, genericamente podemos falar da necessidade de uma avaliação mais pormenorizada do seu desenvolvimento, assim como de uma intervenção estimulante e facilitadora do desenvolvimento.

Não quer isto dizer que tal intervenção não possa ser feita em ambiente normal (familiar), antes acreditamos que o deve ser tanto quanto possível.

O que é importante aqui será mais a formação (sentido genérico) dos técnicos que intervêm, as suas atitudes e a possibilidade de recorrência a outros meios (humanos/materiais) quando necessário.

Em nosso entender este último aspecto pode passar pela intervenção dos técnicos do STIP e pela utilização de espaços e meios de que a UIAI no seu conjunto disporá.

1.2. Trabalho com Pais

Se pretendemos que a Creche proporcione um atendimento individualizado e que funcione como prolongamento do ambiente familiar, torna-se extremamente importante estabelecer uma relação regular e positiva com os pais de cada criança.

A equipa da Creche deverá disponibilizar-se para dialogar com os pais, confiando e inspirando confiança; estabelecendo interacções positivas, levando-os a participar activamente na vida da Creche. Para isso é importante que a equipa não «ultrapasse» os pais nas opiniões que formulam acerca do desenvolvimento do seu filho, dando-lhes espaço para expressar as suas reflexões e ajudando-os a ultrapassar situações de ansiedade.

Ao tentar perceber e respeitar as relações emotivas da família, compreende-se melhor cada criança e torna-se possível ajudar os pais a acreditar e confiar nas suas capacidades educativas.

Se tal é verdade para as crianças em geral, ainda o é mais em relação aos pais das crianças cujo desenvolvimento está afectado.

1.3. Trabalho de Equipa

É essencial que a equipa de trabalho da Creche seja capaz de dialogar e reflectir em conjunto acerca dos problemas e preocupações sentidas na acção junto das crianças, num clima de abertura e de aceitação das características de cada uma. Para que resulte positivamente, qualquer intervenção carece de convicção, por isso é preciso acreditar, estar

emocionalmente de acordo com o que se está a fazer. Assim, é importante que os elementos da equipa mantenham uma boa relação entre si, e encontrem uma forma de harmonizar os seus pontos de vista, afim de conseguir um ambiente estável e acolhedor.

Deste modo a equipa criará uma dinâmica própria, reformulando atitudes e estratégias, na procura de uma melhor interacção adulto/criança e de uma intervenção qualitativamente mais adequada à evolução do processo maturativo das crianças.

1.4. Número de Crianças a atender, seu Agrupamento e Recursos Humanos Necessários

No Quadro 3 pretendemos mostrar de forma clara a composição dos grupos da Creche assim como a faixa etária das crianças que o constituem e os técnicos que os atendem.

O número reduzido de crianças destes grupos prende-se com o facto de se preconizar um atendimento individualizado e com todos os objectivos que atrás descrevemos, nomeadamente o da integração de crianças com necessidades educativas especiais.

1.5. Recursos Materiais

Os espaços e equipamentos necessários para o funcionamento da Creche são os que se apresentam no Quadro 4.

Em resumo:

- ◆ Propusemos assim a criação de uma Creche que responda quer a necessidades da área em que ficará localizada (Casais de Sampaio) em termos do atendimento a crianças na faixa etária dos 0-3 anos, quer a crianças com problemas de desenvolvimento.
- ◆ Referimos que por estar englobada na UIAI, poderá beneficiar da intervenção e das condições globais existentes e especificamente nas que se referem ao STIP, pelo que terá condições de lidar com as situações mais complicadas.
- ◆ Pretendemos que esta Creche possa de certo modo ser encarada como uma Creche Modelo (experimental) onde se pratique a integração, se desenvolvam estratégias e metodologias de intervenção, onde se adquiram e utilizem recursos diferenciados, onde enfim se estude e registre o processo de desenvolvimento de cada criança de forma a

encontrar os meios mais facilitadores para o desenvolvimento integrado.

- ◆ Apontámos ainda linhas de intervenção gerais e específicas com as crianças e suas famílias.

IV PARTE – JARDIM DE INFÂNCIA

CAP. I

1. Caracterização Genérica e Justificativa da sua Necessidade

A Cercizimbra desde o início (1976) se apercebeu de uma lacuna então existente no nosso Concelho: a falta de equipamento de apoio à educação Pré-Escolar. De facto, o atendimento de crianças nessa faixa etária era em '76 bastante deficitário.

Assim, propôs-se criar um Jardim de Infância com um projecto pedagógico que por um lado desse resposta às necessidades das crianças nesta faixa etária e por outro que permitisse a integração efectiva de crianças com problemas específicos de desenvolvimento, intervindo de forma a potencializar as suas capacidades e colaborando com os pais no seu processo educativo, abrindo novas perspectivas ao seu crescimento.

Ao longo de 13 anos de vida deste Jardim de Infância e olhando para trás, podemos constatar dificuldades maiores e menores, momentos de maior ou menor sucesso, mas, que Jardim de Infância, que Organização não tem os seus próprios precalços, as suas próprias crises de crescimento?

Apesar disso e também por isso mesmo podemos ir confrontando e avaliando a nossa prática, podemos desenvolver estratégias que permitam dar resposta em meio integrado às necessidades reais das crianças com atrasos de desenvolvimento e às necessidades globais destas e das outras crianças.

Dessa experiência referimos aqui os aspectos mais significativos:

- ◆ Os objectivos e metodologias de trabalho defendidos permitem que se crie um ambiente facilitador da integração de crianças com dificuldades específicas de desenvolvimento. São estes aspectos que fundamentam o facto de as crianças estarem agrupadas por idades heterogéneas, permitindo que se estabeleça uma dinâmica no grupo que induz ao respeito pela individualidade e diferença, incentiva o espírito de entre-ajuda e a tolerância em relação à regra.
- ◆ O leque de relações e solicitações é extremamente alargado quando crianças com possibilidades e interesses diferentes integram o mesmo grupo, oferecendo oportunidades de resposta a estímulos adequados às capacidades de cada um, e ao desafiar novas aquisições.

No âmbito deste projecto pretendemos dar continuidade e alargar a experiência adquirida, em condições que proporcionem uma intervenção qualitativamente superior à que tem sido efectuada, dado que o espaço físico em que funcionamos nem sempre permite a optimização dos objectivos a que nos propomos.

Pretende-se manter a capacidade de atendimento de 40 crianças, ressaltando que todas as vagas são preenchidas e é elaborada uma lista de espera, e que, relativamente a este aspecto, tendo como base levantamentos efectuados, os outros Jardins de Infância da zona se encontram em situações similares.

CAP. II

1. Características do Serviço

1.1. Objectivos e Metodologia

O Jardim de Infância tem como objectivos definidos e prioritários:

- ◆ Melhorar o atendimento à criança, fazendo-o de forma mais personalizada, respeitando a individualidade e diferença e tendo em conta características pessoais, factores socio-culturais e meio ambiente de onde as crianças provêm.
- ◆ Garantir a entrada a crianças com atraso global no seu desenvolvimento, permitindo assim intervir mais cedo no seu processo educativo, tentando minimizar assimetrias e contribuindo para a possibilidade da sua integração na sociedade.

Entendemos que a idade pré-escolar abrange uma fase da vida da criança que antecede a sua entrada para a escola regular. Sem que tenha obrigatoriamente a ver com a preparação específica para o ingresso ao Ensino Básico, pretende-se nesta fase desenvolver uma acção educativa que proporcione um bom desenvolvimento individual e social da criança. Por isso o Jardim de Infância deverá colocar à sua disposição uma vasta gama de experiências em condições estruturadas de forma adequada, dando-lhe a hipótese de ser ela a fazer descobertas a chegar a conclusões, assim, desta maneira a criança será solicitada pelos estímulos adequados a cada etapa do seu desenvolvimento.

A metodologia que utilizaremos baseia-se fundamentalmente em correntes neopiageteanas e na pedagogia do projecto e, é o resultado de sucessivas avaliações e reflexões sobre a nossa acção pedagógica ao longo dos anos. Por isso teria de sofrer as adaptações necessárias, no sentido de adequar e melhorar a qualidade da nossa intervenção junto da criança.

Um ambiente bem estruturado poderá valorizar e incentivar o espírito de iniciativa e capacidade de pesquisa da criança, porque estimula a curiosidade pela observação e compreensão daquilo que a rodeia.

Assim, o espaço da sala será projectado e organizado de forma a que a criança se sinta motivada para tirar partido dos materiais colocados à sua disposição, para experimentar as capacidades que possui e para estabelecer interacções com o outro. Haverá também a preocupação de explorar o meio onde nos inserimos, já que é no contacto com a realidade

concreta, observando, experimentando, levantando questões, que a criança se desenvolve comunicando ideias e pensamentos, construindo a imagem de si e do mundo.

Como filosofia subjacente a esta metodologia propomo-nos desenvolver os seguintes objectivos:

- ◆ Promover o espírito de iniciativa, a capacidade de escolha e de construção de um projecto pessoal, sozinha ou em grupo, levantando questões, fazendo critica, procurando soluções...
- ◆ Criar espaço para que a criança desenvolva capacidades de representação, tendo em atenção a relação afectiva que estabelece consigo, com os outros, com os objectos, com a família e com o meio em geral.
- ◆ Desenvolver a sua capacidade de comunicação através de todas as expressões, valorizando a expressão oral como forma privilegiada de contacto com os outros na avaliação do mundo que nos rodeia.
- ◆ Oferecer à criança oportunidades para libertar energias acumuladas e impulsos reprimidos deixando (sempre que possível) que resolvam os seus conflitos proporcionando um bom ajustamento socio-emocional.
- ◆ Promovendo a auto-estima na criança, levando-a a sentir-se significativa no grupo.
- ◆ Criar condições ambientais onde cada criança se sinta em segurança e em que o grupo possa actuar como elemento facilitador na integração de crianças com problemas motores, distúrbios socio-emocionais e outros, incentivando o respeito pela individualidade e pelo direito à diferença e promovendo o espírito de entre-ajuda e amizade nas crianças.
- ◆ Maximizar as potencialidades da criança com deficiência em ambiente integrado.

1.2. Trabalho com Pais

Perspectivar o Jardim de Infância como um espaço vivo e dinâmico que possa dar resposta objectiva e adequada que vá ao encontro das expectativas e necessidades sentidas pelos pais é um dos aspectos deste projecto de trabalho.

Assim, a equipa tenciona organizar reuniões de pais em que sejam discutidos temas do seu interesse e que digam respeito à educação dos filhos. Sempre que for possível ou necessário, poderá haver deslocações a casa das crianças, com o fim de dialogar acerca do seu desenvolvimento e comportamento em casa ou no Jardim de Infância, tentando acertar atitudes e utilizar a que parecer mais correcta.

1.3. Trabalho de Equipa

A equipa pedagógica do Jardim de Infância será integrada por Educadores, Auxiliares Pedagógicas de J.I. e uma Coordenadora que vai estabelecer a ligação do trabalho a ser desenvolvido com outros técnicos que sejam necessários, nomeadamente do STIP ou Núcleo de Animação para a Infância.

1.4. Número de Crianças a Atender, seu Agrupamento e Recursos Humanos Necessários

O Quadro 3 ilustra os diferentes grupos formados de acordo com a metodologias empregue.

1.5. Recursos Materiais

O Quadro 4 apresenta os equipamentos e espaços necessários para o Jardim de Infância.

Em resumo:

Propusemo-nos com este Jardim de Infância:

- ◆ Dar continuidade ao acordo actualmente existentes para o atendimento a crianças dos 3-6 anos
- ◆ Aumentar e melhorar o atendimento a crianças com atrasos de desenvolvimento em regime integrado
- ◆ Melhorar as condições físicas de suporte ao funcionamento do Jardim de Infância
- ◆ Aprofundar metodologias de intervenção

V PARTE – CENTRO DE ANIMAÇÃO PARA A INFÂNCIA

CAP. I

1. Caracterização Genérica do Centro de Animação para a Infância

O Centro de Animação para a Infância pretende ser um espaço aberto à comunidade com áreas definidas, animadas por educadores uma vez que se destina ao atendimento da população infantil e juvenil, pais e técnicos ligados à educação.

Assim, o serviço a implementar disporá de uma Ludoteca, um Atelier Artístico, um Ludocarro, uma Biblioteca para a Infância e com material do foro psicopedagógico (a ser consultada por pais e técnicos de educação), um Núcleo de Recursos Audio-Visuais e de Informática e um Campo de Jogos e Espaço de Aventuras. O funcionamento destas áreas permitirá um número variado de actividades lúdicas que favorecem e possibilitam o desenvolvimento da criança e do jovem proporcionando-lhes uma forma agradável de interagir, assimilar, compreender, perceber e experienciar o meio.

O Centro terá uma actividade própria, e será um local onde as crianças e pais desejem demorar-se, brincar, dialogar, manusear, participar e estabelecer relações. Por isso e em qualquer uma das áreas deverão existir espaços que convidam a ficar e a experimentar os diferentes materiais, criando gosto pela escolha. Por outro lado, o pessoal do Centro desenvolverá sessões de animação para crianças ou para grupos de adultos (pais ou técnicos) relativas a temas do interesse da comunidade. Pretende-se também desenvolver acções específicas para os pais, nas quais estes possam ser atendidos individualmente e os animadores intervenham com suavidade, fazendo aconselhamento, pedindo as suas opiniões acerca dos materiais e vivências promovidas pelo Centro, incentivando-os a documentarem-se na Biblioteca acerca do desenvolvimento e processo educativo dos seus filhos.

Pretendendo ser um espaço aberto à população, é importante que também articule com outros serviços do Concelho, pondo à disposição todos os meios de que dispõe e criando formas de colaborar e/ou elaborar programas e projecto da comunidade.

Por outro lado pretende-se também e ainda no âmbito da educação não formal, uma articulação com as diferentes subvalências, nomeadamente com o STIP onde os processos e intervenções na linha da reabilitação possam ser sentidos e vivenciados pela criança como actividade lúdica e de grupo.

Deste modo quer na sua articulação interna, quer na sua articulação com o exterior (individuais, escolas, ...), estes espaços tanto na sua estrutura e funcionamento como na sua programação, visarão sempre a integração de crianças e jovens que de alguma forma apresentam inadaptação ao seu meio, proporcionando-lhes um processo de socialização, de relacionamento e de desenvolvimento em geral, baseado no respeito pela diferença.

Trata-se de um local onde crianças, jovens, pais e educadores poderão recorrer para que o desenvolvimento global das crianças e dos jovens, e consequentemente das sua famílias, possa acontecer através de educação não formal. Para tal o jogo deve ser encarado em três perspectivas diferentes: «o jogo pelo jogo», isto é, aquele que é tão somente pelo prazer; o jogo em relação com a arte; jogo enquanto situação lúdica mas orientado para a intervenção terapêutica (reabilitação) num processo de interacção com o outro ou isolado, por opção da criança ou jovem, mas facilitando toda e qualquer tentativa de aproximação/cooperação do outro quando presente no espaço de acção.

Deste modo trata-se de um espaço onde a criança e o jovem tem acesso às actividades lúdicas indispensáveis ao seu processo educativo. Estas actividades possibilitam ainda um crescimento equilibrado da sua vida intelectual, afectiva e social, um desenvolvimento da capacidade da aprendizagem, da imaginação, da criatividade, sendo também uma grande fonte de prazer.

2. Objectivos Globais

- ◆ Respeitar e fazer respeitar a Declaração dos Direitos da Criança (artigo 7): **“A Criança deve ter todas as possibilidades de se entregar a actividades recreativas, que devem ser orientadas para os fins visados pela educação; a sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o exercício deste direito.”**
- ◆ Estruturar um espaço onde a educação da criança e do jovem não se defina pelos modelos tradicionais, sendo um local de eleição da educação não formal.
- ◆ Possibilitar a actividade lúdica a todas as crianças e jovens, independentemente do seu nível social, económico ou cultural.
- ◆ Promover a actividade lúdica de forma a tornar as experiências das crianças e jovens mais ricas e diversificadas, possibilitando consequentemente uma maior e melhor aprendizagem.

- ◆ Incentivar a actividade lúdica de forma a promover o desenvolvimento global e equilibrado da criança nas suas vertentes intelectual, afectiva, física e social.
- ◆ Facilitar o processo de socialização através do relacionamento da criança e do jovem com os outros elementos do grupo.
- ◆ Permitir a aprendizagem do processo de selecção da actividade e/ou objecto lúdico segundo a sua qualidade, para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança e do jovem.
- ◆ Facultar a utilização do jogo pelo jogo, como fonte de prazer, de imaginação e de criatividade.
- ◆ Possibilitar o contacto e o gosto pela expressão artística.
- ◆ Facilitar a interacção pais/filhos visando o aumento da qualidade da sua relação, a transição de valores, conhecimentos e a prevenção de alterações desviantes do comportamento.
- ◆ Intervir junto dos pais, educadores e da comunidade em geral, transmitindo-lhes a importância da actividade lúdica para o desenvolvimento da criança e conhecimentos do foro psicopedagógico.
- ◆ Articular este centro com os estabelecimentos dos diversos níveis de ensino do Concelho como forma complementar a educação formal (tradicional).
- ◆ Facilitar a integração plena da criança e jovem de deficiente, utilizando a actividade lúdica não só como processo de desenvolvimento e socialização mas também como processo de reabilitação.

3. Justificativa da sua Necessidade

De início esta ideia surgiu com o fim de sensibilizar os pais e crianças para o brinquedo e livro, no sentido de aprender a escolher e a utilizá-los com um nível de qualidade crescente.

Pensamos que este é um aspecto importante em relação ao atendimento da população desta comunidade e que este serviço pode ter uma intervenção cultural efectiva junto das crianças e pais, proporcionando vivências no sentido de potencializar a capacidade de seleccionar e

escolher com base em referências e valores pessoais que orientem a qualidade de consumo.

As pessoas ligadas à educação deste Concelho conhecem bem o nível cultural dos seus educandos assim como as dificuldades em conseguir que certos aspectos da sua intervenção pedagógica sejam bem sucedidos.

Assim parece-nos urgente a criação de um espaço onde a actividade lúdica seja o primeiro passo para satisfazer as necessidades referidas e para a motivação das crianças deste Concelho para novas aprendizagens.

CAP. II

1. BIBLIOTECA

1.1. Caracterização Genérica

A Biblioteca a criar será um espaço aberto à comunidade, dedicado ao livro (consulta e/ou requisição, animação) e orientado segundo 2 sectores principais:

O 1.º e de maior peso dedicado ao livro para crianças.

O 2.º dedicado aos livros e outra documentação do foro psicopedagógico e da animação cultural/desportiva e recreativa, como tal dirigido a adultos, sejam eles técnicos ou pais.

1.2. Objectivos

Os objectivos serão referidos em função dos 2 tipos de sectores e respectivos utilizadores.

Assim e relativamente à Biblioteca dirigida a adultos serão objectivos da sua criação:

- ◆ Dotar o Concelho de uma Biblioteca especializada em assuntos do âmbito psicopedagógico, animação cultural, desportiva e recreativa.
- ◆ Facilitar aos educadores (sentido lato) o acesso a bibliografia especializada e à actualização e aperfeiçoamento profissional.
- ◆ Permitir aos pais uma forma de contacto com a UIAI, através do livro.
- ◆ Incentivar o gosto pela leitura.
- ◆ Facilitar o encontro e diálogo entre grupos de educadores e entre grupos de pais.
- ◆ Ser um ponto de contacto com outras escolas e com alunos que poderão na Biblioteca encontrar documentação de suporte para trabalhos de grupo e de pesquisa nas matérias referidas.

Relativamente à Biblioteca para crianças, pretende-se com a sua inclusão no Centro de Animação Infantil e nomeadamente com a proximidade funcional da ludoteca.:

- ◆ Facilitar a relação livro – objecto lúdico.
- ◆ Criar um espaço/tempo em que partindo do livro se possa abrir caminho para a sua exploração verbal e artística, e para a sua dramatização...
- ◆ Incentivar o gosto pela leitura.
- ◆ Criar hábitos de procura do livro.
- ◆ Criar hábitos de leitura.
- ◆ Ligar o livro ao processo da sua concepção e à sua função.
- ◆ Criar um espaço de relação e de diálogo criança-pais através e a partir do livro.
- ◆ Divulgar a literatura infantil clássica e actual.
- ◆ Estabelecer uma forma de relação e de articulação biblioteca-escola-comunidade.
- ◆ Incentivar e motivar para a leitura e para a escrita.

1.3. Justificativa da sua Necessidade

A Biblioteca Especializada aparece quase como corolário natural da criação desta Unidade Integrada de Atendimento À Infância e da intervenção técnica prevista.

De facto, parece-nos perfeitamente natural que pelo próprio funcionamento da Unidade sintam, os técnicos que nela trabalham, necessidade de recolher documentação actualizada no âmbito da intervenção pedagógica, psicológica, social e terapêutica, bem como no âmbito da intervenção comunitária ao nível da animação cultural, recreativa e desportiva, isto no sentido de facilitar e fundamentar a sua intervenção.

Julgamos que fazê-lo não só é desejável como necessário, mas fazê-lo e ficar para uso exclusivo dos técnicos da UIAI é insuficiente, é não rentabilizar devidamente a documentação e seus custos.

- ◆ A informação deve ser partilhada para ser rentabilizada.

- ◆ A informação deve ser disponibilizada a todos quantos a procurem e isto se quisermos facilitar o desenvolvimento pessoal e comunitário.
- ◆ O que importa não é tanto ter informação (como infelizmente ainda muitos julgam e disso é prova a máxima, informação é poder) mas discuti-la com outros e utilizá-la ao serviço do desenvolvimento.

Assim, basicamente, não se pretende mais do que rentabilizar a informação que naturalmente irá existir nesta UIAI colocando-a ao dispor da comunidade e incentivando a sua procura e utilização.

No que toca à Biblioteca Infantil a justificação da sua necessidade reside na avaliação que fazemos das características desta comunidade e na falha que aí detectamos relativamente a interesses culturais e nomeadamente em relação ao interesse pelo livro. Daí que julgamos necessário iniciar o processo de sensibilização nas crianças esperando que essa semente se possa desenvolver e frutificar.

Por outro lado, a sua inclusão no Centro de Animação para a Infância irá permitir criar e enquadrar momentos de animação, pouco comuns neste Concelho.

Finalmente, não existe no Concelho nenhuma biblioteca infantil com as características da agora proposta.

Existe sim, uma Biblioteca Municipal com alguns livros passíveis de serem requisitados por crianças, e outra pública da Junta de Freguesia do Castelo com cerca de 700 livros para crianças.

1.4. Funcionamento

a) Da Biblioteca Especializada

Preveremos o funcionamento usual desta Biblioteca durante o período normal de abertura (9h às 13h) (14h às 18h), no qual poderá ter lugar o processo de requisição de documentação. O processo de consulta exigindo algum silêncio nem sempre permitido pelo funcionamento da Ludoteca, poderá no entanto ocorrer numa outra sala disponível na UIAI.

Outra acções devidamente programadas, de sensibilização, exposição, formação, poderão ter lugar em espaços da UIAI (ou exteriores) e em tempos não coincidentes com as actividades usuais da Ludoteca.

b) Da Biblioteca Infantil

A Biblioteca para crianças funcionará durante todo o ano e em horário semelhante ao da Ludoteca/Ateliers Artísticos (ver horário de funcionamento da Ludoteca/Ateliers Artísticos)...

Para além da possibilidade de consulta e/ou requisição de livros, haverá um espaço e um tempo – **Hora do Conto** – destinada a favorecer a exploração do conteúdo do livro, através da leitura colectiva, do ouvir da história, (podendo eventualmente estar presente o próprio autor) do recontá-la e daí partir para a sua dramatização e outras formas de expressão artística.

1.5. Recursos Humanos

Não cremos neste momento, ser necessário alguém exclusivamente dedicado ao funcionamento da Biblioteca. Dada a sua articulação com os outros espaços do Centro de Animação para a Infância e nomeadamente a relação privilegiada e primeira que estabelece a nível funcional e especial com a Ludoteca, julgamos que caberá aos monitores para ela necessários a orientação e apoio ao funcionamento da Biblioteca. Haverá então que cuidar da sua formação em relação ao funcionamento de uma biblioteca e nomeadamente em relação a aspectos de catalogação e arrumação de materiais.

1.6. Recursos Materiais

1.6.1. Espaço

O espaço que lhe está destinado subdivide-se em 2 áreas: uma de $\pm 20m^2$ relativa à Biblioteca propriamente dita e outra de $\pm 5m^2$ destinada ao conto/reconto do livro e que pela sua concepção será denominada de “Barco dos Sonhos”. Daí se ligará à Ludoteca e aos restantes espaços do Centro de Animação para a Infância.

1.6.2. Equipamentos e Materiais

Os equipamentos necessários serão estantes e alguns expositores; 3 mesas de tamanhos e alturas diferentes destinadas a população de diferentes níveis etários e as cadeiras respectivas.

a matéria-prima será, claro, os livros e outra documentação devidamente categorizada e catalogada.

CAP. III

1. LUDOTECA

1.1. Caracterização Genérica

A Ludoteca será um espaço educativo (no sentido da educação não formal) recreativo e cultural, acessível a todas as crianças que se situam numa faixa etária dos 3-4 anos aos 12-13 anos.

Pretende-se que ela seja um local que proporcione e auxilie a formação e o desenvolvimento integral da criança através do lúdico. Assim, o brinquedo e o jogo são simultaneamente as finalidades e os meios por excelência de um mesmo processo. Não podemos esquecer que por exemplo o jogo ajuda a criança a conhecer-se, assim ele tem uma função que estimula e explora as percepções; desenvolve e estimula a imaginação; a criança liberta e controla as suas emoções; utiliza e coordena a actividade motora e exterioriza e adapta as suas capacidades sensório-motoras. No fundo a criança experimenta e experimenta-se através do jogo, da sua capacidade simbólica, da representação conhecendo-se a si, aos outros e ao meio, logo o jogo proporciona um (re)encontrar consigo próprio uma (re)descoberta dos outros e uma nova aprendizagem da vida.

O prazer lúdico (Wallon) é muitas vezes um prazer de diversidade de efeitos, um prazer de resultado que se aproxima, aliás, do prazer sensual. O jogo e o brinquedo respondem a uma tendência activa na criança, para derivar na ficção as actividades que não pode exercer na realidade (Claparède); ela prepara assim a actividade futura conservando as novas aquisições e aperfeiçoando-as (K. Gross).

Assim, na Ludoteca, qualquer criança terá à sua disposição uma vasta gama de brinquedos para experimentar ou experimentar-se adequados aos vários estádios de desenvolvimento e de acordo com as suas necessidades, contribuindo assim para o seu desenvolvimento global, equilibrado e harmonioso.

É de notar o papel importante do adulto na Ludoteca, pois os objectivos exigem pouca intervenção do adulto, ele funciona como um elemento observador, moderando em algumas situações ou quando solicitado e animador em alguns espaços/tempo. O adulto tem que ter consciência e não pode ignorar que o brinquedo e o jogo vêm de encontro a uma necessidade interior da criança, daí ser necessário respeitar a sua individualidade, o seu espaço e o seu tempo.

Pelas suas características a Ludoteca será naturalmente um espaço privilegiado para integração de crianças com necessidades educativas especiais, não esquecendo entre outros, o contributo da Ludoteca na vida da família destas crianças.

Apercebendo-se que por vezes os pais, especialmente os que trabalham fora, não têm disponibilidade e esquecem-se sobretudo de brincar com o seu filho e da importância do brinquedo na estimulação do desenvolvimento da criança. Tratando-se de pais de crianças com problemas, a sua ansiedade, a extrema preocupação com o problema do seu filho, e a procura da “terapia/cura/milagre”, não deixa disponibilidade para uma relação lúdica e estimulante, afinal tão importante para o desenvolvimento global da criança. Assim, é importante ajudá-los a ultrapassar os aspectos negativos e a estimular as potencialidades do seu filho perante um brinquedo e ensiná-lo a brincar. Algumas crianças com necessidades específicas podem e devem utilizar os mesmos jogos, (jogos tradicionais que são extremamente úteis no controle da motricidade, equilíbrio, coordenação e percepção) embora outras com problemas mais graves (sobretudo a nível motor) necessitem de ter brinquedos adaptados para os poderem accionar e controlar de modo a poderem participar nos jogos e actividades lúdicas com outras crianças. Estes brinquedos adaptados podem e devem ser usados também pelas crianças sem problemas de maneira a proporcionar situações de jogo semelhantes.

A participação destas crianças com necessidades específicas em actividades recreativas com outras crianças da comunidade (ditas normais) e com os pais, favorece a sua integração e dá-lhe oportunidade de partilhar a alegria do jogo.

Defendemos que:

JOGAR é, antes de mais **AGIR**

AGIR é:

Um investigar / descobrir

Um experimentar / experimentar-se

Um tentar

Um querer

Um testar / testar-se

Um ousar

Um lutar

Um criar

Uma vontade inabalável de **VER – OUVIR – TACTEAR – CHEIRAR**
– PROVAR O MUNDO

UM DESCOBRIR E PRATICAR A VIDA

Brincando, a criança desenvolve-se harmoniosamente, é feliz!
Ela é imaginação, herói, bandido, príncipe, aventura... é criança e é vida!

Para sintetizar todos os aspectos significativos que o brinquedo e o jogo englobam, transcrevemos algumas citações:

“A actividade do jogo é para a criança, essencial. É uma das necessidades de infância. Deve ser satisfeita e a escolha do brinquedo é de um grande interesse”.

R. Debré

“No jogo, a criança mostra não só a sua inteligência, mas também a sua vontade, o seu carácter dominante, numa palavra: a sua Personalidade”.

Jean Chateau

“O brinquedo provoca o impulso da actividade que vai converter-se em jogo”.

Roger Piron

1.2. Objectivos

- ◆ Sensibilizar a comunidade da importância do brinquedo e do jogo no desenvolvimento da criança.
- ◆ Proporcionar um ambiente onde a criança possa sentir alegria, segurança e tranquilidade.
- ◆ Dar oportunidade a todas as crianças de brincar e escolher livremente o seu brinquedo ou jogo, de uma forma gratuita.
- ◆ Favorecer a interacção criança - criança
criança - brinquedo
criança - grupo
criança - adulto
- ◆ Facilitar a resolução de conflitos interiores e o ultrapassar de frustrações através de uma forma lúdica.
- ◆ Realizar actividades de animação que se relacionem com o jogo e o brinquedo.
- ◆ Incentivar a responsabilidade e o respeito pelo outro através da exploração do brinquedo e do jogo de regras.

- ◆ Desbloquear situações do nível afectivo e cognitivo, geradores de insucesso escolar.
- ◆ Incentivar ludicamente a leitura e a escrita como factores essenciais no desenvolvimento cultural.
- ◆ Possibilitar a integração de crianças especiais e proporcionar-lhes momentos de prazer com a experimentação (talvez o 1º contacto) do brinquedo e do jogo.
- ◆ Possibilitar a integração de crianças com necessidades especiais de intervenção através do relacionamento com pares.
- ◆ Apoio à terapia das crianças deficientes ou em risco, que pode acontecer enquanto espaço de observação/avaliação ou enquanto actividade terapêutica indirecta.
- ◆ Proporcionar um espaço de estimulação e um ambiente afectivo e seguro de modo a promover o desenvolvimento da criança com necessidades específicas.

1.3. Justificativa da sua Necessidade

Tendo consciência de que cada vez mais se faz sentir a animação lúdica como uma função educativa fundamental, sentimos necessidade de proporcionar a esta comunidade um local onde se encontre e/ou reencontre o tempo de brincar, com espaços adequados para o efeito.

Assim, a criança procurará e irá livremente à ludoteca pelo prazer do jogo, para procurar brinquedos ou encontrar amigos para brincar e numa fase posterior, ir buscar um brinquedo para brincar em casa, sozinho, com a família ou com os amigos.

Pretendemos também articular acções com a família e a escola de modo a sensibilizá-las para as suas responsabilidades educativas.

Pensamos que este espaço único no Concelho, é atraente, inovador e necessário para esta comunidade. Será também um local a utilizar pela equipa de intervenção precoce (STIP) e onde alunos e técnicos (profissionais) das áreas das Ciências Humanas, Sociais e de Educação podem completar intervenção educativa e terapêutica com as crianças bem como aprofundar metodologias de intervenção.

1.4. Funcionamento

Não pretendemos aqui elaborar um regulamento de funcionamento da Ludoteca por tal nos parecer prematuro nesta fase.

No entanto referimos alguns aspectos básicos:

- ◆ A Ludoteca funcionará no Centro de Animação para a Infância somente cerca de 5 meses durante o ano (prevemos que seja de Junho a Outubro). No restante tempo o espaço da Ludoteca será transformado em espaço para Ateliers Artísticos. (ver páginas seguintes).
- ◆ Prevemos também que possamos pôr em funcionamento um Ludocarro o qual durante o período de não funcionamento da Ludoteca no Centro de Animação para a Infância, possa cumprir a mesma missão, percorrendo e estabilizando por períodos determinados em outras zonas distantes do Concelho. (ver páginas seguintes).
- ◆ Durante o período do ano em que a Ludoteca funciona no Centro de Animação, deverá ser escolhido e estabelecido um horário de funcionamento adequado aos objectivos pretendidos e às actividades quotidianas da vida das crianças a que se destina.

Assim, julgamos que deverá estar fechado num dia de semana e abrir nos restantes dias úteis, Sábados e Domingos.

O horário diário de abertura poderá ser das **10.00h às 12.00h e das 14.00h às 18.00h.**

- ◆ De acordo com este horário poderemos ter 3 turnos diários de 1h.30m a 2h, devendo para o seu bom funcionamento ser estipulado um número máximo de crianças em cada turno.
- ◆ Só numa fase posterior se prevê o empréstimo dos brinquedos, isto porque é nossa pretensão o incentivo e criação de hábitos de leitura., pelo que neta 1.^a fase apenas se vão emprestar livros.

1.5. Recursos Humanos

Para atingir os nossos objectivos, precisamos do trabalho efectivo de 3 monitores com formação adequada, provavelmente recrutados nas Escolas Superiores de Educação e formados em áreas de Educação para a Infância, Técnicas de Animação ou Educação pela Arte.

Prevedemos também a possibilidade de vir a contar com alunos em estágio nestas áreas e afins, os quais encontrarão neste espaço, um local essencialmente motivador de acção, ensaio e aplicação de conhecimentos obtidos na sua formação e também gratificante do ponto de vista afectivo e social.

1.6. Recursos Materiais

1.6.1. Espaços

O espaço disponível para a Ludoteca tem uma área total de aproximadamente 140m², sendo portanto um espaço amplo e adequado ao funcionamento e objectivos previstos.

1.6.2. Equipamentos e Materiais

Para além do mobiliário e elementos decorativos, o brinquedo e os elementos facilitadores do jogo ocuparão os papéis principais.

O mobiliário deverá ser alegre, funcional e de uma matéria-prima plástica que facilite a sua higiene e manutenção.

Quanto ao material, este deve ser cuidadosamente escolhido entre os brinquedos e jogos que, para além de adequados aos vários estádios de desenvolvimento da criança, lhe permita manuseá-los e usá-los com segurança e a frequência desejada.

CAP. IV

1. ATELIERS ARTÍSTICOS

1.1. Caracterização Genérica

O jogo prepara a criança para entrar na vida adulta; é pelo jogo que a criança ensaia as suas capacidades, as desenvolve e se treina para as fases seguintes.

É necessário dar uma margem de criatividade, não lhe apresentando o jogo como algo de acabado, de construído.

Essa participação situa-se num campo mais vasto, na construção do próprio jogo, do material necessário à sua execução, na acção interdisciplinar. Tudo isto pode ser construído pela criança.

É necessário criar um ambiente estruturado para que a criança note a estruturação, pois longos segmentos de jogo imaginativo, variado e cooperativo em actividades artísticas não ocorrem habitualmente em meios confusos, tensos e ameaçadores, porque deve haver uma certa disponibilidade para a criança. SE a criança tiver possibilidade de nascer e crescer numa verdadeira comunidade, vai-se organizar e desenvolver mais equilibradamente com o reforço, com o fornecimento de padrões de organização e estruturas e com o desenvolvimento da consciência de si.

Assim, achamos fundamental fomentar o Atelier Artístico destinado à infância, onde a criança neste espaço poderá explorar, criar e exprimir-se espontaneamente em relação com o meio envolvente.

A actividade do Atelier Artístico é variada, podendo abranger várias áreas, tais como:

- ◆ Atelier de Expressão Plástica
- ◆ Atelier de Olaria
- ◆ Atelier de Movimento e Drama
- ◆ Atelier de Expressão Musical
- ◆ Atelier do Cientista
- ◆ Atelier do Fabrico de Brinquedos
- ◆ Atelier de Animação do Livro
- ◆ Atelier de Construção de Instrumentos Musicais
- ◆ Atelier da Imprensa
- ◆ Atelier da Culinária
- ◆ Atelier da Fotografia

Estes Ateliers Artísticos citados, são alguns dos possíveis, havendo muitos mais e a sua escolha e concretização surgirá segundo a motivação das crianças que neles irão participar e conseqüente programação.

É necessário que nas relações interindividuais, seio do Atelier Artístico ou nos grupos restritos a que pode pertencer, as estruturas de base sejam organizadas de modo a favorecer ao máximo a comunicação da criança com o jogo, com a arte, com o seu meio ambiente.

1.2. Objectivos

A maior parte dos objectivos da Ludoteca coadunam-se também à função dos Ateliers Artísticos infantis mas é necessário acrescentar alguns objectivos específicos, tais como:

- ◆ Incentivar a comunicação e interacção de gerações (pais-filhos, avós-netos) através da construção e recuperação dos jogos e brinquedos pelas gerações anteriores.
- ◆ Sensibilizar a comunidade para o contacto com a arte.
- ◆ Promover e incentivar actividades artísticas
- ◆ Proporcionar condições de intervenção artística cultural
- ◆ Impulsionar acções e serviços no âmbito da intervenção artística cultural
- ◆ Proporcionar à criança um espaço onde poderá explorar, criar e exprimir-se espontaneamente em relação com o meio envolvente.
- ◆ Desenvolver a imaginação
- ◆ Privilegiar a criatividade
- ◆ Dar oportunidade à criança de criar
- ◆ Dar oportunidade à criança de ter consciência de si e das suas potencialidades
- ◆ Proporcionar uma actividade complementar à das diversas estruturas de ensino através da sua articulação com os ateliers artísticos

1.3. Justificativa da sua Necessidade

A população deste Concelho (tal como foi referido atrás) vive sobretudo da actividade da pesca e do turismo, factores muito promovidos pela própria autarquia.

As pessoas sentem-se pouco motivadas a procurar tempos de lazer através de manifestações artísticas, talvez porque no Concelho não exista nenhum espaço próprio, adequado para o efeito e também porque os adolescentes e adultos habituaram-se logo muito cedo a ganhar dinheiro na pesca e em escala menor no turismo, desinteressando-se assim das actividades escolares e de obter meios de informação educativa e cultural.

Talvez por isto, a comunidade deste Concelho se possa situar num nível sócio-cultural baixo.

É necessário que esta população contacte com a arte!

Daí sentirmos vontade de desenvolver e proporcionar espaços, acções e serviços no âmbito cultural e artístico, pois são factores importantes que contribuem também para o desenvolvimento da criança e para a formação do indivíduo.

1.4. Funcionamento

Os Ateliers Artísticos funcionarão no Centro de Animação para a Infância, de uma forma geral durante o ano lectivo escolar (Novembro a Maio/Junho).

Referindo o que atrás já foi dito sobre o funcionamento da Ludoteca, o Atelier Artístico funcionará no mesmo espaço desta e de Julho a Outubro funcionará no espaço do Ludocarro.

Deverá ter um horário adequado e de encontro às necessidades e objectivos a atingir com a criança e com a comunidade em geral. Assim, pensamos que deve fechar num dia de semana e abrir nos restantes dias úteis, Sábados e Domingos.

De modo a facilitar e a dar oportunidade a todas as crianças de frequentarem o Atelier Artístico, existirão vários turnos diários, também nos mesmos moldes que na Ludoteca.

1.5. Recursos Humanos

De preferência, achamos que estes Ateliers Artísticos Infantis requerem 1 ou 2 monitores de apoio e a responsabilidade do funcionamento competirá ao técnico ou profissional da área a explorar no momento, como por exemplo: o oleiro, o autor do livro, o tipógrafo, etc.

1.6. Recursos Materiais

1.6.1. Espaço

O espaço disponível para o Atelier Artístico Infantil tem uma área total de aproximadamente 140m², sendo portanto um espaço amplo e adequado ao funcionamento e objectivos previstos.

1.6.2. Equipamentos e Materiais

O equipamento do Atelier Artístico será semelhante ao equipamento atrás já mencionado para a Ludoteca, podendo ser necessário equipamento para algumas áreas como sejam: cavaletes, mufla, etc. Quanto ao material a utilizar este será específico e adequado ao Atelier Artístico em questão.

CAP. V

1. LUDOCARRO

1.1. Caracterização Genérica

O Ludocarro será um carro (autocarro) cuja utilização corresponde a objectivos semelhantes aos da Ludoteca e dos Ateliers Artísticos, devendo, para tal, de ser adaptado e sendo a sua principal vantagem a possibilidade de percorrer as zonas do Concelho mais distantes do Centro de Animação para a Infância, que de outra forma dificilmente terão acesso às actividades deste Centro.

Além disso e como se verá adiante, pela organização do seu funcionamento no tempo, permite rentabilizar os recursos da Ludoteca e dos Ateliers Artísticos do Centro de Animação.

O Ludocarro será assim um centro de Animação «andante».

1.2. Objectivos

Para além dos objectivos do Centro de Animação para a Infância e de qualquer dos seus sectores e especialmente os da Ludoteca e dos Ateliers Artísticos, que genericamente se aplicam ao Ludocarro, teremos como objectivos específicos deste:

- ◆ Alargar para as zonas mais distantes do concelho o trabalho do Centro de Animação para a Infância.
- ◆ A utilização e exploração pela criança de um espaço diferente e sempre cativante.

1.3. Justificativa da sua Necessidade

Julgamos que a sua inclusão no Centro de Animação para a Infância se justifica basicamente por 2 aspectos principais, um de natureza mais interna ao Projecto, outro de natureza mais externa, ou seja:

1. Pensamos que ao nível interno do Projecto, o Ludocarro é um corolário lógico da concepção de base de toda a UIAI e que passa pela diversificação de respostas, rentabilização de recursos, intervenção comunitária.

De facto e constatando que, Ludoteca e Ateliers Artísticos funcionam no Centro de Animação para a Infância em alternância ao longo do tempo, constata-se que ao longo do ano haverá sempre uma parte de recursos não disponível. A existência do Ludocarro, poderá pelo seu funcionamento, também alternado mas complementar, permitir rentabilizar esse recursos a partir de uma organização diversa no espaço e no tempo.

Permite também, alargar a intervenção comunitária a outras zonas do Concelho que de outra forma a ele dificilmente teriam acesso.

2. Por outro lado, e sem esquecer a Vila de Sesimbra e a zona do campo, existe uma área geográfica espacialmente distante da Sede do Concelho, mas de enorme concentração populacional e também de enormes carências, a Quinta do Conde.

Esta zona, passou a partir dos anos '70, num ritmo alucinante, a zona dormitório, economicamente acessível de parte das cinturas industriais da Margem Sul de Setúbal e até de Lisboa.

A procura não planificada desta zona deu origem a um enorme conjunto de falhas ao nível do ordenamento, das infra-estruturas e também de equipamento sociais.

Apesar de com o tempo e o esforço da edilidade e de outros agentes da comunidade tal situação se ter vindo a alterar um pouco, subsistem ainda enormes carências. Algumas delas, e que agora nos interessam residem precisamente nos equipamentos sócio-culturais e recreativos destinados à população infantil que aí reside e que de alguma forma favorecem o seu desenvolvimento e coadjuvem ou complementem o papel das estruturas de ensino locais.

Assim, julgamos que o Ludocarro poderá nesta zona desempenhar uma missão de enorme importância.

14. Funcionamento

Genericamente pode-se dizer que o Ludocarro funciona durante todo o ano e em alternância com o tipo de actividades que em cada período do ano se desenvolve no Centro de Animação.

Assim, no período de Julho a Outubro funcionará basicamente com Ateliers Artísticos e no restante período do ano com a Ludoteca.

Poderá ainda desenvolver outro tipo de actividades de acordo com as necessidades sentidas, com as solicitações do meio e com os recursos disponíveis.

Percorrerá todas as zonas do Concelho de Sesimbra, permanecendo por um determinado período de tempo (½ semana) em cada local.

Em cada zona poderá ser utilizado por crianças que a ele se dirijam espontaneamente. No entanto, e dada a limitação temporal e como tal a dificuldade de possibilitar a criação de hábitos de utilização deverá haver uma articulação estreita com as estruturas de ensino locais, sendo feita através delas a informação das actividades disponíveis no Ludocarro e dos períodos e horários em que permanecerá na zona.

Além disso, poderá haver articulação com tais estruturas, ou outras interessadas, ao nível das actividades e acções pontuais a desenvolver.

1.5. Recursos Humanos

Julgamos necessário a participação efectiva de 2 monitores com as características dos descritos na Ludoteca.

1.6. Recursos Materiais

1.6.1. Espaços

O Espaço a utilizar será o do interior do autocarro e uma área exterior ao mesmo onde se desenvolverão algumas das actividades. O espaço interior terá necessariamente de estar adaptado, tanto para possibilitar o transporte de equipamentos e materiais como a ocorrência das actividades programadas. O exterior do autocarro também deverá estar decorado de uma forma atraente e alegre de modo que cative a população infantil, mesmo durante as actividades no exterior.

1.6.2. Equipamentos e Materiais

Para além do equipamento principal que será o autocarro, é também necessário muni-lo dos equipamentos que lhe são específicos como sejam cadeiras e cavaletes, estantes e/ou outros, conforme as actividades programadas, assim como os materiais de desgaste que serão os mesmos e provenientes do Centro de Animação para a Infância.

CAP. VI

1. NÚCLEO DE RECURSOS AUDIO-VISUAIS E DE INFORMÁTICA

1.1. Área de Recursos Audio-Visuais

1.1.1. Caracterização Genérica

Pretende-se a constituição de um serviço aberto às estruturas de ensino sócio-recreativas no qual se possibilite o acesso, através de empréstimo, a vários equipamentos audio-visuais (projector de slides, máquina de projecção de filmes, vídeo, televisão, retroprojector, gravador,...), que poderá ainda ser utilizado no âmbito das actividades da UIAI.

1.1.2. Objectivos

- ◆ Constituir uma unidade onde a requisição de equipamento audio-visual seja facilitada, e por conseguinte onde os seus utilizadores não dispendam muito tempo e energias para a sua requisição.
- ◆ Facilitar aos técnicos de educação a utilização dos meios audio-visuais na preparação das suas actividades.
- ◆ Disponibilizar meios audio-visuais às diversas entidades e técnicos de educação afim de facilitar a sua intervenção na comunidade.
- ◆ Permitir à população infantil e juvenil um maior contacto e conhecimento dos meios de comunicação audio-visuais.
- ◆ Permitir aos educadores uma aproximação aos interesses das crianças e jovens, aumentando assim a sua motivação para a aprendizagem.
- ◆ Facilitar os educadores no combate ao insucesso escolar munindo-os dos diversos equipamentos facilitadores da comunicação.
- ◆ Facilitar a interacção entre educadores e crianças com necessidades educativas especiais integradas no ensino regular.
- ◆ Permitir um aumento do rendimento de trabalho da criança com necessidades educativas especiais quando integrada nos diversos estabelecimentos de ensino.

1.1.3. Justificativa da sua Necessidade

A ideia da criação de uma área de recursos deste tipo não é nova. Podemos por exemplo referir, ter sido bastante debatida nas reuniões de preparação do 1º Encontro de Educação do Concelho de Sesimbra (Out. 1989) e nas quais vários técnicos ligados à educação referiram ser essa uma necessidade sentida.

De facto, parece-nos também, que será mais fácil concentrar uma variedade relativamente alargada de recursos, numa estrutura aberta como este Centro de Animação para a Infância, do que equipar cada instituição com tais recursos.

1.1.4. Funcionamento

Pretendendo ser um espaço aberto à população deverá articular com outros serviços e técnicos do Concelho, pondo à disposição todos os meios que tem, assim como, criar formas de colaborar em programas e projectos da comunidade.

Deste modo para além da fácil requisição de material a UIAI deverá ainda facilitar a sua utilização no Centro de Animação para o que necessitará de um espaço próprio.

Por outro lado, visando o contacto e conhecimento destes meios de comunicação pelas crianças e jovens este espaço dever-lhes-á ser acessível dentro do horário previsto (10.00h – 12.00h / 14.00h – 18.00h).

1.1.5. Recursos Humanos

Para atingir os nossos objectivos pensamos ser necessário disponibilizar um monitor, visto tratar-se de equipamento que necessita de alguns cuidados de utilização.

1.1.6. Recursos Materiais

1.1.6.1. Espaços

O espaço que lhe está destinado subdivide-se em 2 áreas: uma de $\pm 7m^2$, destinada ao armazenamento do material e outra de $\pm 14m^2$ destinada à utilização do material dentro do Centro de Animação para a Infância.

1.1.6.2. Equipamentos e Materiais

Os equipamentos necessários são compostos por mesas e cadeiras de tamanhos diversos (visando os diferentes níveis etários), armários e estantes devidamente adaptadas para arrumação e catalogação dos diversos tipos de materiais audio-visuais existentes (máquina de slides, projector, televisão,...).

1.2. Área de Recursos Informáticos

1.2.1. Caracterização Genérica

Trata-se da inclusão no Centro de Animação para a Infância de um pequeno espaço dedicado à sensibilização e utilização das Novas Tecnologias Informáticas (N.T.I.).

Destina-se prioritariamente a crianças em idade pré-escolar e escolar de modo a poder contribuir para o seu potencial de aprendizagem e assim complementar o seu desenvolvimento.

Embora estejamos convictos da importância e possibilidades enormes que as NTI apresentam de potenciar o desenvolvimento da criança, não podemos no entanto esquecer que este deve ser integrado, interdependente e global. Assim, estamos certos de que áreas como as vivências corporais, perceptivas e afectivas não podem ser preenchidas pela utilização do computador, tendo que ser trabalhadas nos diferentes espaços lúdicos que este Centro propõe/oferece à criança.

1.2.2. Objectivos Globais e Específicos

Genericamente pretende-se sensibilizar as crianças para a utilização das NTI e através delas favorecer o seu desenvolvimento global.

Mais especificamente pretende-se através da utilização dos jogos e linguagens informáticas reforçar ou até desenvolver as aptidões da criança e mesmo pô-las em acção ao nível de:

- ◆ Domínio das noções espacio-temporais
- ◆ Manipulação dos conceitos matemáticos
- ◆ Autonomia pessoal
- ◆ Socialização
- ◆ Exercícios de memória

- ◆ Aprendizagem da leitura e escrita
- ◆ Criatividade

1.2.3. Justificativa da sua Necessidade

Muito embora a utilização das NTI nas primeiras idades e durante a escolaridade seja ainda polémica, fundamentamos aqui a nossa opção desta área baseando-se em estudos feitos e constatados, através da sua realização prática com as crianças, sobre o valor pedagógico dos jogos informáticos. Assim, a descrição destes estudos sugere linhas de compreensão e de intervenção bastante conciliáveis com os objectivos que pretendemos atingir.

Todos os outros espaços existentes neste Centro tais como a Biblioteca, Ludoteca, etc, têm o seu papel no desenvolvimento equilibrado da criança, tal como os jogos informáticos educativos, que podem ter múltiplas funções, contribuindo para a sua formação e aprendizagem. Estes jogos e linguagens informáticas tendem a adaptar-se às capacidades cognitivas da criança, ajudando-a a melhor se situar no seu meio ambiente natural e no mundo da tecnologia, oferecendo-lhe uma dimensão lúdica e de novas experiências.

Assim, a pequena área que pretendemos inserir de utilização dos computadores pelas crianças e jovens que a ela ocorrem, tem entre outros objectivos (já citados) a criação de um espaço inexistente na comunidade e que responde aos desejos de jogar, brincar, aprender e/ou outros que esta nossa população sinta necessidade no seu tempo livre e/ou de complemento à escola.

1.2.4. Funcionamento

O funcionamento desta área é idêntico ao referido no ponto 1.1.4., excluindo a requisição devido à sua fragilidade e cuidados exigidos na sua utilização.

1.2.5. Recursos Humanos

Os recursos humanos serão os mesmos que os já referidos no ponto 1.1.5., mas com alguma formação de base que lhes permita dinamizar a sensibilização aos meios informáticos existentes nesta área.

1.2.6. Recursos Materiais

1.2.6.1. Espaços

O espaço previsto para a área de recursos informáticos é de $\pm 14\text{m}^2$ e coincide com a área de utilização dos audio-visuais no Centro de Animação.

1.2.6.2. Equipamentos e Materiais

O equipamento necessário serão mesas e cadeiras de diversos tamanhos para utilização do seguinte material informático: 2 computadores (PC) e 1 tartaruga de solo (robot).

CAP. VII

1. CAMPO DE JOGOS E ESPAÇO DE AVENTURAS

1.1. Caracterização Genérica

Todas as crianças necessitam de um lugar para brincar.

Este deve considerar que elas têm necessidade de espaço, informalidade, de exprimir os seus sentimentos, de interagir com outros parceiros sociais, de experimentar e investigar.

Uma vez que a UIAI se irá situar num maciço arbóreo que a Câmara Municipal pretende preservar, pensamos dar continuidade aos objectivos da Ludoteca num espaço exterior, em pleno contacto com a natureza.

Deste modo pensamos dispor de cerca de 1000m² sendo uma parte constituída por várias estruturas e aparelhos fixos dando à criança a possibilidade do contacto com vários materiais (madeira, areia, terra, relva, água, etc...) e uma outra parte não estruturada onde a criatividade do grupo (dinamizado por um monitor) poder-se-á desenvolver.

Pensamos assim potencializar o desenvolvimento global (evidenciando o aspecto motor) das crianças e jovens que a este espaço recorram.

Visando cada área específica de utilização dever-se-á proceder a uma combinação de diversos tipos de pisos tais como saibro, relva, terra e eventualmente pequenas áreas de cimento que possibilitem a execução de jogos e utilização de patins, skates, etc.

Pensamos não ser necessário proceder a um nivelamento do terreno, mas sim aproveitar os seus desníveis, onde rampas, covas e árvores poderão constituir só por si uma fonte de estimulação ou ser-lhes associado aparelhos para o mesmo fim.

Segundo Carlos Neto, os espaços de jogo para crianças deverão ser antes de tudo o resultado da sua própria criação e na sua concepção, planeamento, construção, animação, gestão e manutenção deverá predominar um critério pedagógico. Estas conclusões foram formuladas a partir do contacto real com as crianças o que permitiu também a recolha de informações interessantes sobre os tipos de espaço e equipamentos que são desejáveis nos referidos espaços de jogos.

O referido espaço deverá ser dimensionado por uma equipa multidisciplinar constituída por representantes da comunidade, técnicos de educação e de saúde, arquitectos e paisagistas e enfim os próprios pais.

Não existindo nenhum espaço de aventuras deste tipo em Portugal têm sido realizados alguns contactos com o Instituto de Apoio à Criança, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Faculdade de Motricidade Humana

no sentido de recebermos mais informações que nos permita equacionar mais claramente a utilização do espaço de acordo com os objectivos genéricos referidos.

Existem também contactos no sentido de vir a ser estabelecido com a Faculdade de Motricidade Humana um protocolo de colaboração que permita assegurar a qualidade do projecto e a supervisão na sua concretização e funcionamento.

Porque o Campo de Jogos e Espaço de Aventuras agora referido é considerado equipamento complementar à UIAI, não dependendo a sua concretização dos mesmos organismos que a UIAI, ele será objecto de um Projecto Complementar que será realizado em tempo oportuno.

VI PARTE

1. ORGANIZAÇÃO DA UIAI E SUA ARTICULAÇÃO COM A CERCIZIMBRA

A UIAI pretende ser uma unidade autónoma em termos de gestão pedagógica, sendo em relação à Cercizimbra mais uma valência de atendimento.

O Coordenador Geral desta unidade terá como funções ser o elo de ligação Cerci – UIAI tanto no que respeita a acções de carácter pedagógico (informação das actividades desenvolvidas e intercâmbio de experiências) como também nos assuntos jurídico-administrativos. Todos os sectores da UIAI estarão sob a orientação deste mesmo coordenador que tentará dinamizar e interligar os diferentes serviços.

Tentar-se-á ilustrar, mais à frente, o modo de organização / articulação através de um organigrama

2. ORGANIGRAMA

3. MAPA GERAL DE PESSOAL

4. AVALIAÇÃO GLOBAL DO PROJECTO

Inerente a qualquer processo de levantamento de necessidades e planeamento de respostas deve estar o processo de avaliação da sua implementação.

Projectando uma resposta, definimos objectivos a atingir, definimos estratégias e metodologias de intervenção e definimos produtos esperados. Importa então saber se sim ou não os objectivos estão a ser atingidos e porquê, de modo a possibilitar em cada momento confrontar o desejado com o realmente obtido, e daí retirando as conclusões que permitam repensar o futuro e readequar as práticas.

Em nossa opinião a avaliação em si mesma é um momento/um processo que assume um papel de extrema importância em qualquer acção a desenvolver e que deverá ocorrer aos mais variados níveis.

No caso concreto da UIAI, a avaliação deverá não só ocorrer a um nível que poderemos denominar de micro (ao nível de cada uma das valências de atendimento) como e tratando-se de um projecto de alguma envergadura, ao nível macro (ou seja do próprio projecto global).

Julgamos que, especialmente ao nível da avaliação do projecto global, e no sentido de garantir às entidades financiadoras do mesmo, o rigor de tal processo, o mesmo deveria ser desenvolvido com a participação de uma entidade exterior com competência técnica e interesse em o fazer.

Daí que seja nossa intenção, desenvolver contactos nesse sentido.

VII PARTE

1. ESTUDO PRELIMINAR DE ARQUITECTURA

2. ESTIMATIVA DE CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

- Mittler, P. and Mittler, H. Partnership with parentes, Nation Council for Special Education, 1982
- Pereira, F., Niza, S., - Psicologia, Educação e Intervenção Comunitária in Análise Psicológica, 1987, 4, (V) 621-635
- Rodrigues, D., Yankey, T., Bastide, A. e Herraff, F., Temas de Novas tecnologia n.º 2, Pólo de Projecto Minerva da UTL/FMH, Departamento de Educação Especial e Reabilitação, 1990
- Rodrigues, D. e al., Novas Tecnologias na Educação Especial – Uma Abordagem Pedagógica. Actas do Seminário, Pólo do Projecto Minerva da UTL/FMH/EER, 1988
- Rodrigues, D., Morato, P., Alves, L., Sobreiro, C., temas de Novas Tecnologias n.º 1, Pólo do Projecto Minerva da UTL/FMH/EER, 1990
- Silva, M.A. – A carência de cuidados maternos e os seus efeitos no desenvolvimento da criança in Análise Psicológica, 1990, 4 (VIII): 463-466
- Wedell, K., «Conceitos de necessidades educacionais especiais» texto entregue no seminário em 5/11/82
- Wedell, K. and Lindsay, G. – Early Identification Procedures: Wath have we learned In Remedial Education 15 (3), 130-135, 1980

IX PARTE

ANEXOS

**COLECTIVIDADES COM ACTIVIDADES
PARA CRIANÇAS DOS 4-12 ANOS**

COLECT. N.º	TIPO DE ACTIVIDADES	IDADE	N.º DE PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
Associação Bombeiros Sesimbra	Tênis de mesa	- 12	8	1 a 3 x por sem. 3 a 4 x por sem. 3 a 4 x por sem.
	- Aprendizagem	7-9	3	
	- Iniciados	10-12	7	
	Fanfarra	+9-14	50	
	Futebol	?	1 equipa +15	
	- Infantil	?	1 equipa +15	
	- Juvenil			
	Badminton	?	15	2 x por sem.
ACRUTZ	Música	6-12	16	2 x por semana
C. N. de Escutas - 325	- Lobitos	6-10	40	Actividades ao fim de semana essencialmente ao Sábado
	- Exploradores	11-14	40	
C. N. de Escutas - 350	- Lobitos	6-10	15	Actividades ao Sábado
	- Exploradores	11-14	25	
Grupo Desportivo de Sesimbra	Futebol	10-12	16	3 x por semana
	- Infantis			
	Hóquei			
	- Aprendizagem	6-7	8	
		8-9	8	
	- Infantis	10-12	8	
Patinagem	5-7	+20		
Karaté	6-15	20		
Ginástica		?		
G.D.U. Azoia	Atletismo	6-14	10	
G.D. Alfarim	Futebol			
	- Escolas	7-9	15	
	- Infantis	10-12	15	
	Tênis de Mesa	10-15	20	

COLECTIVIDADES

NÚMERO TOTAL	N.º DE COLECTIVIDADES COM ACTIVIDADES PARA CRIANÇAS DOS 4-12 ANOS
17 a)	10 b)

- a) Para além deste número existem 5 colectividades que se situam na Quinta do Conde, mas em zonas fora do Concelho de Sesimbra e que não contactamos.
- b) Destas, 5 situam-se na Vila de Sesimbra

ANEXO 2

